

REVISTA FORMADORES

Vivências e Estudos

TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

VOLUME 7

NÚMERO 1
ISSN: 2177-7780

JUNHO 2014

EDITORA-CHEFE

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides
Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual da Bahia

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Msc. Merlinton Pastor de Oliveira
Faculdade Adventista da Bahia

Profa. Dra. Selenia Castelão Rivas
Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Msc. Ricardo Costa Caggy
Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Dr. Fabiano Leichsenring Silva
Faculdade Adventista da Bahia

Profa. Msc. Nubiorlândia Rabelo Pastor Oliveira
Faculdade Adventista da Bahia

AVALIADORES

Profa. Msc. Almerinda Andréa Gomes
Universidade Estadual da Bahia

Prof. Msc. Leoman Moutinho
UNIFACS - Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Msc. José Alberto Farias
Faculdade UNIME

Profa. Msc. Karina Mizuki
Universidade Estadual da Bahia

Profa. Msc. Jorge Luiz dos Santos
Faculdade UNIME

DIAGRAMAÇÃO

Luana de Souza

Website

<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores>

SUMÁRIO

VOLUME 7

NÚMERO 1
ISSN: 2177-7780

JUNHO 2014

TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

Tânia Moura Benevides.....04

ARTIGOS

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO PROCESSO DE CONTROLE DO ENVIDUAMENTO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DA BAHIA E SERGIPE

Adla Carla Santos, Maciel Figueiredo Silva.....05

A SUPERLOTAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO SOB A ÓTICA DO CUSTO CONTÁBIL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR (RMS)

Hildo Mário Batista Alcântara; Érica Elena Avdzejus; Katia Silene Lopes de Souza Albuquerque.....18

OS BANCOS NA ERA LULA: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE DOS QUATRO MAIORES BANCOS DO PAÍS DO PERÍODO DE 2003 A 2010

Thiago Teles de Castro.....28

OS SENTIDOS DO TRABALHO: UMA ANÁLISE CIRCUNSCRITA AO TRABALHO DOS DOCENTES DE DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM SALVADOR

Jardel Messias; Jailson Braga.....46

ENSAIO

AFINANDO O TOM: DIVERSIDADE MUSICAL NA BAHIA E O PAPEL DO ESTADO

Carolina Menezes.....60

RELATO DE EXPERIÊNCIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DA BAHIA

Denise Ribeiro de Almeida.....66

RESENHA

O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: DO “FIM DOS TERRITÓRIOS” À MULTITERRITORIALIDADE

Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed, 2011. 396 p. ISBN: 978-85-286-1061-1

Denise Ribeiro de Almeida.....74

EDITORIAL

REVISTA FORMADORES

Vivências e Estudos

TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

A Revista Formadores, na sua perspectiva interdisciplinar, traz para o leitor nessa edição a temática território em transformação. A perspectiva apresentada busca demonstrar como os aspectos econômicos, políticos e sociais podem influenciar, de diferentes formas, o território. Adla Carla Santos e Maciel Figueiredo Silva apresentam uma análise sobre a importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe; Hildo Mário Batista Alcântara, Érica Elena Avdzejus e Kátia Silene Lopes de Souza Albuquerque analisam, no município de Salvador, a superlotação do transporte coletivo urbano a partir do custo contábil; Thiago Teles de Castro trata da rentabilidade dos quatro maiores bancos do país, no período de 2003 a 2010, ou seja, na era Lula; Jardel Messias e Jailson Braga apresentam um estudo sobre os sentidos e significados do trabalho em duas instituições privadas de ensino superior na Bahia.

Retomando a publicação de diferentes trabalhos acadêmicos na Revista Formadores e retornando à análise territorial no Estado da Bahia, Carolina Menezes, apresenta um ensaio que trata da diversidade musical na Bahia a partir de uma reflexão sobre o papel do Estado. Em dois diferentes trabalhos, Denise Ribeiro de Almeida faz uma abordagem territorial. No relato de experiência, apresenta uma análise de uma experiência de pesquisa do curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Estado da Bahia. Buscando contribuir ainda mais com a publicação e reforçando a abordagem sobre território, a pesquisadora apresenta a resenha do livro “O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade” do geógrafo Rogério Haesbaert. Essa resenha resume de forma crítica uma obra extremamente importante para todos que desejam realizar análises a partir de uma perspectiva territorial, em suas múltiplas dimensões.

É com bastante entusiasmo que retomamos em 2014 as publicações da Formadores com uma abordagem que avalia de distintas formas as dinâmicas ocorridas em diferentes territórios.

Desejamos uma boa leitura a todos!

TÂNIA MOURA BENEVIDES
Editora-chefe

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO PROCESSO DE CONTROLE DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DA BAHIA E SERGIPE

ADLA CARLA SANTOS [adlacsantos@gmail.com] E MACIEL SILVA [maciel_avlis@hotmail.com]

Recebido em 15/maio/2014
Aprovado em 20/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

RESUMO

A crescente busca pela satisfação do desejo consumista leva muitas famílias ao endividamento descontrolado trazendo como consequência, na maioria dos casos, declínio financeiro. O presente estudo teve por objetivo a identificação das principais causas do endividamento financeiro familiar, buscando compreender tal fenômeno e avaliando a contribuição do planejamento financeiro para sua minimização. Buscou-se ainda a identificação do perfil social, econômico e financeiro, e, o nível de comprometimento da renda das famílias estudadas. Metodologicamente, o trabalho foi concebido através de uma pesquisa descritiva, por meio da aplicação de questionários, para obtenção de dados primários junto às famílias da Bahia e de Sergipe. Verificou-se com este estudo que, a utilização de instrumentos de planejamento financeiro adequados às reais necessidades da família auxilia no estabelecimento de metas de consumo, evitando a tomada de decisões imediatistas. Todos integrantes da família deverão estar envolvidos neste planejamento, uma vez que isso possibilita um amadurecimento e compreensão da real situação financeira da mesma. Assim, após estabelecimento de metas e estratégias para alcançar um objetivo comum, o equilíbrio e a estabilidade financeira poderão ser alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Financeiro. Endividamento das Famílias. Estabilidade Financeira.

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento do estímulo ao consumo por parte dos incentivos, tais como facilidade ao crédito, o nível de endividamento vem crescendo. A necessidade de adquirir novos bens de consumo impulsiona os indivíduos a endividar-se cada vez mais, tornando-se um problema de ordem social, da chamada “sociedade do consumo”. Buscando compreender esse fenômeno, o presente estudo tem como tema “Endividamento Familiar” e visa identificar as principais causas desse endividamento de forma a compreender tal problemática. O estudo foi realizado nas regiões metropolitanas de Sergipe e Bahia.

Para Ferreira (2006), endividamento tem sua origem no verbo endividar-se, o que significa contrair dívidas. Dependendo do nível do endividamento, os indivíduos podem comprometer parte significativa de sua renda, o que muitas vezes leva-os a não cumprir com suas obrigações financeiras.

A utilização de instrumentos de planejamento financeiro adequados às reais necessidades da família auxilia no estabelecimento de metas de consumo, evitando, dessa forma, que as decisões sejam tomadas impulsionadas pelo imediatismo. Esse, que, na maioria das vezes, leva as pessoas a gastarem sem necessidade ou até mesmo fazer um investimento que não podem.

Domingos (2007), afirma que muitas vezes as pessoas, por pensarem que nunca

conseguirão realizar grandes sonhos, tais como: adquirir uma casa na praia, realizar viagens nacionais e internacionais, acabam gastando seus recursos em pequenos objetos de desejo. Objetos que lhes darão a sensação de estarem inseridos na sociedade de consumo.

Ainda segundo Domingos (2007) o desequilíbrio financeiro atua como uma doença que merece tratamento específico. Cuidados especiais, pois se não for diagnosticada a tempo poderá resultar em uma crise que não afeta apenas o indivíduo, ou a família envolvida, mas sim a sociedade em que estão inseridos, no geral.

Segundo Farinhas (2005, p. 42), “todos precisam de limites, e tudo que perde o limite fica desgovernado”. A ausência de limites leva ao consumo descontrolado, pois muitas pessoas adquirem bens que não precisavam e depois se arrependem.

De acordo com o Índice de Expectativas das Famílias (IEF), divulgados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), em Junho de 2012 apenas 37,8% das famílias nordestinas não estão endividadas.

Levando-se em consideração o nível de endividamento das famílias brasileira e buscando entender esse fenômeno a partir de uma realidade local, este artigo tem a seguinte questão norteadora: **de que forma o Planejamento Financeiro contribui para a redução do nível de endividamento das famílias da Bahia e Sergipe?**

Para que essa compreensão seja alcançada, foi proposto como objetivo principal avaliar a contribuição do planejamento financeiro para minimização do endividamento das famílias Baianas e Sergipanas. Buscou-se também através desse estudo, e de forma mais específica, identificar qual o perfil social, econômico, financeiro das famílias analisadas; avaliar qual o nível de endividamento das famílias em questão; analisar os fatores que afetam o nível de endividamento das famílias pesquisadas, bem como, verificar quais os instrumentos de planejamento financeiro disponíveis e quais são utilizados pelas famílias.

Segundo dados publicados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), publicados em novembro de 2012, houve um recuo em relação à Intenção de Consumo das Famílias (ICF) no âmbito nacional. Um dos fatores principais para redução deste índice é o elevado nível de endividamento das famílias. Embora este índice elevado de endividamento seja nacional, o ICF das famílias nordestinas lideram o ranking regional de otimismo para o consumo, apresentando 160,1 pontos, o que acaba por resultar em mais endividamentos.

A principal motivação para explicar sobre tema é a importância que ele exerce no contexto familiar, uma vez que o emprego da renda influencia diretamente no comportamento dos indivíduos. Assim, estudar uma região específica pode contribuir para identificação do perfil das famílias, bem como o grau de comprometimento com as obrigações adquiridas, levando ao entendimento desse fenômeno recente em nossa realidade nacional.

Para obter um embasamento condizente com o estudo, a pesquisa de campo foi realizada tendo como instrumento de coleta de dados o questionário. O instrumento foi aplicado com indivíduos residentes nos estados da Bahia e de Sergipe, levando – se em consideração a acessibilidade, ou seja, participaram os sujeitos que, após serem consultados e informados do propósito da pesquisa, aceitaram responder o

questionário. Visando apresentar uma análise sólida quanto à importância do planejamento financeiro no controle do endividamento, os dados foram tabulados em um software estatístico [Sphinx] e analisados.

O trabalho está dividido em sete seções. A primeira aqui apresentada é a introdução, que traz os aspectos delimitadores da pesquisa. A segunda, a terceira e a quarta seções apresentam o referencial teórico, que incorpora informações sobre planejamento financeiro, planejamento financeiro familiar e endividamento e suas causas. A seguir, na quinta seção, é apresentado o percurso metodológico. Na sexta seção apresentam-se os dados da pesquisa de campo, e, por fim, na sétima, e última seção, apresentam-se as considerações finais.

2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Oliveira (1999), diz que planejamento corresponde a um processo desenvolvido para que uma situação seja alcançada de forma eficaz com adequada alocação de esforços e recursos. Para os autores Miranda e Libonati (2002), o planejamento é uma atividade que antecipa as mudanças por meio da estruturação de recursos e ações a serem alocados para que as expectativas almejadas sejam alcançadas.

O Dicionário Michaelis (2008) conceitua financeiro, como relativo a finanças. Finanças por sua vez, é conceituada como erário, tesouro público, o dinheiro de que se dispõe. Portanto, quando se fala de finanças, pode-se dizer que é um método de administração dos recursos disponíveis, que pode ser no meio particular ou empresarial, discutindo-se a distribuição e aplicação dos recursos, seja ele um salário de uma pessoa específica ou faturamento de uma organização. Assim, compreende-se como referindo-se à circulação e gestão do dinheiro e de outros recursos líquidos.

Ao unir o conceito de planejamento com o de finanças obterem-se o conceito de planejamento financeiro, que para Gitman (1997) é um aspecto importante para sustentação e funcionamento de uma unidade econômica, pois fornece roteiros para coordenar, controlar e dirigir ações na consecução de objetivos. O planejamento financeiro deve estabelecer o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Dessa forma, o plano financeiro é uma declaração do que deve ser feito no futuro.

3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

O conceito de planejamento pode ser aplicado ao âmbito familiar, quando se resolve analisar a origem e aplicações dos recursos obtidos pelas famílias. Para que esta análise seja eficiente, torna-se necessário observar os aspectos financeiros e econômicos dos agentes envolvidos neste grupo.

Segundo o Gabinete de Gestão de Iniciativas Comunitárias do Emprego (GICEA) a contabilidade doméstica ou familiar tem como definição o meio utilizado pelas famílias com o objetivo de permitir conhecer a cada momento sua situação patrimonial e financeira. O método utilizado pode ser do mais simples ao mais complexo. O que se deve considerar é a eficácia do método, pois deve dar suporte às famílias na tomada de decisão, no que concerne à gestão de suas receitas face às despesas (GICEA, 2013).

Através de um planejamento financeiro é possível estabelecer metas de consumo realistas e planejar aquisições de médio e longo prazo, tais como: como aquisição de um imóvel, de um veículo ou de até mesmo, investimentos em educação. Para que o sucesso financeiro possa ser garantido é necessário controlar o que se ganha e o que se gasta. Quando existe

controle financeiro, mesmo com uma renda não muito alta é possível ter boa qualidade de vida. O contrário dessa afirmação também pode ocorrer, pois é possível que pessoas com rendas muito altas e nenhum controle financeiro, não vejam que pelo mau uso, seu dinheiro “escorreu pelo ralo”.

O Instituto de Estudos Financeiros (IEF), afirma que “um bom planejamento financeiro pessoal ou familiar começa pela criação de um orçamento pessoal confiável, o que significa previsões com um satisfatório grau de precisão”. O IEF continua analisando que muitas pessoas se deparam com o fato de que muitas despesas projetadas são superadas, isso é resultado de um planejamento incompleto, insuficiente (IEF, 2010).

No universo familiar, onde a maior característica são laços afetivos, a questão financeira pode influenciar negativamente essas relações, visto que a falta de planejamento e comunicação sobre gastos podem gerar desarmonia e conflitos.

Strate (2010) afirma que planejar não é tarefa fácil, logo que passar a controlar gastos requer intensa disciplina, durante um curto período de tempo, até que seja dada devida atenção a eles.

Para que o entendimento geral de finanças torne-se claro é necessário compreender que ela gira em torno da origem e da aplicação dos recursos, o que pode-se chamar de receitas e despesas. Pode-se enumerar em um contexto doméstico as receitas e despesas. Considerando como receitas os recursos provenientes dos salários, bonificações, comissões, receitas de aluguéis, pensões, mesadas, etc. Já no que se refere às despesas, pode-se considerar todos os gastos necessários à manutenção do lar, tais como água, energia, alimentação, transporte, moradia, etc. Neste contexto o planejamento financeiro familiar (PFF), é abordado como instrumento de controle importante e altamente significativo para as famílias, pois agrega a este ambiente a consciência da aplicação consciente dos recursos, bem como o estabelecimento de prioridades e metas.

Torralvo (2008) considera que mais importante que a fase de elaboração do PFF, seja a fase de implantação do mesmo, uma vez que no papel é fácil identificarmos as receitas e despesas, em que área devemos economizar ou investir, os tributos que devem ser pagos, etc. Contudo, na prática, todos os dias os membros da família são influenciados por uma série de informações para consumir, o que os fazem, na maioria das vezes esquecer que os desejos são ilimitados, mas os recursos são finitos.

4 ENDIVIDAMENTO E SUAS CAUSAS

Na realidade econômica vivida pelas sociedades modernas constatou-se um aumento significativo no endividamento da população e principalmente das famílias. Partindo desse pressuposto, a má administração financeira está entre o principal fator desse processo de endividamento. Isso acontece porque as famílias não acompanham a destinação dos seus recursos financeiros e não planejam seus orçamentos, levando-as ao endividamento.

O apelo ao consumo é a principal causa do endividamento de alguns indivíduos. Na maioria das vezes, pela facilidade ao crédito, a etapa de consumo tem sido cada vez mais antecipada, o que acaba por gerar dívidas a prazo, que quase sempre estão sujeitas a juros. Em relação aos índices de endividamento sabe-se que 41% dos consumidores brasileiros estão endividados, deste total

38% estão com as prestações em atraso e 55% contraíram dívidas maiores que observado há um ano (FOLHA, 2012).

O uso do cartão de crédito contribuiu para o endividamento das pessoas, segundo Block-Lieb e Janger (2006, p. 1537), “Com o pagamento em dinheiro o limite de poder de compra é tangível, ao contrário do cartão de crédito”. É perceptível que o uso do cartão provoca dissonância cognitiva entre os consumidores, já que, eles não pagam a parcela do dinheiro à vista, em espécie, mas sim a fatura quando esta chega durante o mês. Há a possibilidade das famílias ou consumidores pagarem o mínimo estabelecido pela operadora de cartão de crédito, a fim de assumirem gastos com outras necessidades, o que leva a um endividamento familiar ainda maior.

Soman (2001), correlacionando essa dissonância cognitiva nos consumidores, aborda que os usuários do cartão de crédito têm a possibilidade de gastarem muito mais devido ao erro de cálculo em relação ao montante de renda que ainda estava prevista para as compras adicionais.

Outro fator para o endividamento familiar é a inexistência de uma conta reserva, a maior parte das famílias não possuem uma reserva para imprevistos ou emergência, daí quando aparece qualquer eventualidade a primeira saída é o cartão de crédito, tornando-se assim meio vicioso e muito difícil de controlar. Além disso, outro ponto de endividamento é uma realidade vivida por algumas famílias brasileiras, principalmente das regiões metropolitanas. Elas buscam um estilo de vida que não se adequa à realidade financeira vivida no momento - ganham um salário inferior a sua média de consumo.

O IEF (2010) ainda em sua matéria “Planejamento Financeiro Pessoal” pontua que “os dissabores das compras feitas por impulso costumam ser bem mais fortes e duradouros que as satisfações por elas proporcionadas”. Sugere como forma de minimizar esses impulsos as seguintes ações: deixar de utilizar o cartão de crédito, não usar talões de cheques, evitar passar por certos lugares [shoppings, por exemplo], e, até mesmo, não levar crianças às compras.

Strate (2010) ao discutir este assunto afirma que a melhoria da qualidade de vida vem como resultado da racionalização das necessidades, pois dessa forma torna-se possível sobreviver dentro das reais possibilidades oferecidas pelos ganhos ou renda familiar.

5 METODOLOGIA

O presente estudo utilizou como referência a pesquisa descritiva, onde, para levantamento dos dados primários, foi utilizada a aplicação de questionários. Segundo Marconi e Lakatos (2007) o questionário é um instrumento de coletas de dados que tem como objetivo responder às necessidades de conhecimento de determinado problema ou fenômeno.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como fonte de dados secundários. Publicações sobre o tema serviram de suporte para a coleta de dados exploratórios, para a construção do instrumento de coleta de dados – o questionário, e para a fundamentação da pesquisa.

A pesquisa foi realizada com pessoas das regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. Com isso, o público alvo foi escolhido pelo critério de acessibilidade e conveniência, conceituado por Mattar (2001). Dessa forma, possibilitou rapidez e eficácia ao processo de coleta dos dados. Além disso, foi possível

comparar os questionários dos dois grupos, como também fazer um levantamento de dados secundários em artigos, livros e periódicos.

Os dados foram coletados através da aplicação de 130 questionários em Sergipe e 130 na Bahia. A escolha da amostra não qualifica este estudo como quantitativo, dados que não houve escolha ou adoção de um método estatístico, admite-se, portanto, uma abordagem qualitativa. Os resultados encontrados foram tabulados no Sphinx, de forma que as informações coletadas fossem suficientes para alcançar os objetivos específicos.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que visa tão somente descrever um fenômeno recente na sociedade brasileira, proporcionando maiores informações sobre o assunto, envolvendo levantamento bibliográfico e documental e observação direta. Esta pesquisa foi desenvolvida para proporcionar uma visão geral sobre a temática, dado que o tema escolhido é pouco explorado.

6 ANÁLISES DOS RESULTADOS

O estudo em questão foi desenvolvido através da aplicação de questionários na região metropolitana dos estados da Bahia e Sergipe. A aplicação dos questionários foi realizada aleatoriamente com indivíduos das duas regiões, as mesmas foram selecionadas pelo critério de acessibilidade e conveniência.

Na aplicação dessa pesquisa buscou-se como assunto preponderante o planejamento financeiro, buscando verificar a percepção das pessoas em avaliar o assunto, bem como o nível de endividamento familiar.

Em relação ao perfil encontrou-se nos dois Estados uma distribuição equitativa entre homens (53,85%) e mulheres (46,15%) com predominância de indivíduos casados ou em uniões estáveis [Sergipe (48,46%) e Bahia (47,69%)].

TABELA 1 – Caracterização da Amostra

SERGIPE			BAHIA		
Estado Civil	Qtde.	Freq.	Estado Civil	Qtde.	Freq.
Solteiro	60	46,15%	Solteiro	56	43,08%
Casado/ União Estável	63	48,46%	Casado/União Estável	62	47,69%
Separado/ Divorciado	6	4,62%	Separado/ Divorciado	8	6,15%
Viúvo	1	0,77%	Viúvo	4	3,08%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração própria (2013).

Houve uma diversidade de respostas em relação à faixa etária dos entrevistados. O maior percentual nos dois estados foi o da idade de 24 e 29 anos, seguido de 18 e 23 anos, as demais faixas etárias ficaram com percentuais bem menores.

TABELA 2 – Educação Financeira

SERGIPE			BAHIA		
Educação Financeira	Qtde.	Freq.	Educação Financeira	Qtde.	Freq.
SIM	57	43,85%	SIM	48	36,92%
NÃO	53	40,77%	NÃO	68	52,31%
Não Resposta	20	15,38%	Não Resposta	14	10,77%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração própria (2013).

Quando perguntados se já haviam ouvido falar sobre educação financeira, verificou-se que em Sergipe a maioria afirmou que já ouviu falar e que até utilizavam algum tipo de controle pessoal, mesmo assim, observou-se que, um percentual muito alto (40,77%) ainda não tinha ouvido falar nada a respeito e muitos nem sabia do que se tratava.

Na Bahia o percentual dos que nunca ouviram falar foi 52,31% a mais do que já ouviram, ou seja 52,31% afirmaram nunca ter ouvido falar em educação financeira.

Evidencia-se que nesse aspecto as populações dessas duas regiões ainda precisam de mais orientação e conscientização em relação a esse determinado assunto que é primordial para uma vida financeira saudável.

TABELA 3 – Controle financeiro

SERGIPE			BAHIA		
Tipo de Controle Financeiro	Qtde.	Freq.	Tipo de Controle Financeiro	Qtde	Freq.
Caderno de Anotações	54	41,54%	Caderno de Anotações	48	36,92%
Extrato Bancário	11	8,46%	Extrato Bancário	9	6,92%
Fatura do Cartão de Crédito	4	3,08%	Fatura do Cartão de Crédito	12	9,23%
Planilha de Anotações	16	12,31%	Planilha de Anotações	9	6,92%
Planilha Eletrônica	18	13,85%	Planilha Eletrônica	22	16,92%
Não Resposta	27	20,77%	Não Resposta	30	23,08%
Total OBS.	130	100%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

Ao analisar a tabela 3 foi possível verificar que, em escala decrescente de utilização dos tipos de controle financeiro, percebe-se que o mais utilizado pelos entrevistados foi o prático e rápido caderno de anotações, seguido por não resposta, isso bem relevante já que um número razoável de pessoas ainda não tinha ouvido falar de educação financeira.

Em terceiro lugar, estão as planilhas eletrônicas, seguidas por planilhas de anotações. As demais respostas ficaram com percentuais bem menores nos dois Estados pesquisados. Nota-se que das pessoas que já ouviram falar sobre educação financeira, grande parte também, utilizam algum mecanismo de organização das suas finanças.

Fernando Cymbaluk em entrevista no site da UOL em São Paulo, citou a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) divulgada pelo IBGE, analisando dados dos últimos 20 anos, a variação entre o número de residentes e pessoas remuneradas na família é grande e tem-se observado que o número de famílias aumenta, enquanto o número de integrantes das mesmas diminui. Em 1991, a família brasileira em área urbana possuía, em média, 4,06 integrantes e em área rural, a média era de 4,69.

TABELA 4 – Tamanho da Família

SERGIPE			BAHIA		
Quantidade de Pessoas na Família	Qtde.	Freq.	Quantidade de Pessoas na Família	Qtde.	Freq.
1 Pessoa	6	4,62%	1 Pessoa	12	9,23%
2 Pessoas	46	35,38%	2 Pessoas	22	16,92%
3 Pessoas	22	16,92%	3 Pessoas	38	29,23%
4 Pessoas	30	23,08%	4 Pessoas	39	30,00%
5 Pessoas	19	14,62%	5 Pessoas	10	7,69%
6 ou mais	7	5,38%	6 ou mais	9	6,92%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

Em Sergipe a maior parte das famílias pesquisadas apresentam apenas 2 integrantes (56,15%) já na Bahia 4 integrantes (30,00%).

TABELA 5 – Remuneração

SERGIPE			BAHIA		
Pessoas Remuneradas na Família	Qtde.	Freq.	Pessoas Remuneradas na Família	Qtde.	Freq.
1 Pessoa	22	16,92%	1 Pessoa	32	24,62%
2 Pessoas	73	56,15%	2 Pessoas	64	49,23%
3 Pessoas	15	11,54%	3 Pessoas	17	13,08%
4 Pessoas	8	6,15%	4 Pessoas	10	7,69%
5 Pessoas	1	0,77%	5 Pessoas	6	4,62%
6 ou mais Pessoas	0	0,00%	6 ou mais Pessoas	0	0,00%
Não Resposta	11	8,46%	Não Resposta	1	0,77%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

No quesito remuneração [tabela 5], verificou-se que tanto na Bahia como em Sergipe, encontram-se, em sua maioria, apenas 2 integrantes com remuneração nas famílias, no entanto, para Sergipe a maioria das famílias estudadas possui a mesma quantidade de integrantes e pessoas com remuneração.

TABELA 6 – Renda Mensal

SERGIPE			BAHIA		
Renda Mensal Líquida	Qtde.	Freq.	Renda Mensal Líquida	Qtde.	Freq.
De R\$ 0,00 a R\$ 678,00	4	3,08%	De R\$ 0,00 a R\$ 678,00	47	36,15%
De R\$ 679,00 a R\$ 2.034,00	76	58,46%	De R\$ 679,00 a R\$ 2.034,00	52	40,00%
De R\$ 2.035,00 a R\$ 4.069,00	34	26,15%	De R\$ 2.035,00 a R\$ 4.069,00	15	11,54%
De R\$ 4.070,00 a R\$ 6.103,00	8	6,15%	De R\$ 4.070,00 a R\$ 6.103,00	8	6,15%
Acima de R\$ 6.103,00	7	5,38%	Acima de R\$ 6.103,00	5	3,85%
Não Resposta	1	0,77%	Não Resposta	3	2,31%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

Na região metropolitana de Sergipe mais da metade das famílias tem um rendimento entre 679,00 e 2.034,00 (58,46%) e outro grande número de famílias tem uma renda mensal líquida entre 2.035,00 e 4.069,00 (26,15%). Na Bahia foi encontrada ainda uma grande concentração na faixa que vai de 0,00 a 2.034,00 (76,15%).

Enfim, levando em consideração as informações das tabelas 7,8, 9 e 10, depois de traçados o perfil dos entrevistados e também dos dados qualitativos das famílias em questão, foi lançado uma pergunta sobre a qual os entrevistados se pronunciaram em relação ao endividamento.

TABELA 7 – Comprometimento da Renda

SERGIPE			BAHIA		
Comprometimento da Renda em %	Qtde.	Freq.	Comprometimento da Renda em %	Qtde.	Freq.
Até 20%	24	18,46%	Até 20%	13	10,00%
De 21% a 40%	34	26,15%	De 21% a 40%	21	16,15%
De 41% a 60%	30	23,08%	De 41% a 60%	44	33,85%
De 61% a 80%	28	21,54%	De 61% a 80%	35	26,92%
Acima de 80%	14	10,77%	Acima de 80%	17	13,08%
Total OBS.	130	100,00%	Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

TABELA 8 – Endividamento

SERGIPE		
Motivação do Endividamento	Qtde	Freq.
Necessidade	84	64,62%
Liquidação	8	6,15%
Satisfação Própria	25	19,23%
Orçamento	9	6,92%
Preço do Produto	3	2,31%
Não Resposta	1	0,77%
Total OBS.	130	100,00%

BAHIA		
Motivação do Endividamento	Qtde.	Freq.
Necessidade	90	69,23%
Liquidação	9	6,92%
Satisfação Própria	15	11,54%
Orçamento	11	8,46%
Preço do Produto	5	3,85%
Não Resposta		0,00%
Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

TABELA 9 – Obrigações

SERGIPE		
Obrigações Mensais	Qtde.	Freq.
Adiantamento	12	9,23%
Empréstimos	3	2,31%
Em Dia	95	73,08%
Em Atraso	19	14,62%
Não Resposta	1	0,77%
Total OBS.	130	100,00%

BAHIA		
Obrigações Mensais	Qtde.	Freq.
Adiantamento	3	2,31%
Empréstimos	18	13,85%
Em Dia	73	56,15%
Em Atraso	29	22,31%
Não Resposta	7	5,38%
Total OBS.	130	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

TABELA 10 – Comprometimento da Renda

SERGIPE		
Comprometimento da Renda	Qtde.	Freq.
Alimentação	92	30,36%
Compras c/ Cartão de Crédito	76	25,08%
Empréstimos	14	4,62%
Lazer	19	6,27%
Moradia	33	10,89%
Saúde	38	12,54%
Veículo	31	10,23%
Total OBS.	303	100,00%

BAHIA		
Comprometimento da Renda	Qtde.	Freq.
Alimentação	98	32,67%
Compras c/ Cartão de Crédito	53	17,67%
Empréstimos	22	7,33%
Lazer	8	2,67%
Moradia	67	22,33%
Saúde	19	6,33%
Veículo	33	11,00%
Total OBS.	300	100,00%

FONTE: Elaboração Própria (2013).

Na Bahia 54,62% se acham endividados e 33,85% dessas pessoas tem uma renda mensal comprometida de 41 a 60% das entradas líquidas mensais, seguido de 26,92% com 61 a 80% da renda comprometida, além disso, o dado mais preocupante é que nessa região 13,08% das pessoas comprometem acima de 80% da sua renda mensal, desse comprometido 32,67% é gasto em alimentação, 22,33% em moradia e 17,67% em compras no cartão de crédito e quando questionados sobre os motivos dessas compras 69,23% fazem por necessidade e 11,54% por Satisfação própria.

Em Sergipe 30,36% da renda é gasta com alimentação, embora 25,08% seja gasta com cartão de crédito. Os sergipanos têm uma maior faixa salarial conforme tabela 7, isso contribui para o aumento das compras, já que, a facilidade de crédito possibilita tal artifício.

Pode-se verificar ainda que, em Sergipe 64,62% das pessoas compram por necessidade, e 19,23% por satisfação própria, as demais motivações de consumo dos dois estados estão descritas na Tabela 8.

Vale ressaltar também que, a realidade de endividamento em Sergipe chamou muito atenção, pois, 34,62% confirmaram que se acham no momento endividadas. Em Sergipe 26,15%, já tem contas a pagar com sua renda mensal em torno de 21 a 40%, logo após 23,08% das pessoas tem suas obrigações a cumprir em torno de 41 a 60%, e apenas 10,77% antes de receber o salário já comprometem acima de 80% de sua renda. Além disso, quando compara-se a forma pela qual os entrevistados costumam quitar suas dívidas essa realidade se torna ainda mais favorável a Sergipe, 73,08% dos entrevistados pagam suas contas em dia, e apenas 14,62% em atraso, já na Bahia, apenas 56,15% costumam cumprir com suas obrigações no prazo determinado e 22,31% pagam em atraso conforme tabela 9.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados encontrados na Pesquisa de Campo verificou-se que o perfil social, econômico, financeiro das famílias analisadas ainda se caracteriza por baixa renda, além disso, tanto na Bahia como em Sergipe, encontram-se, em sua maioria, apenas 2 integrantes com remuneração nas famílias.

Ao avaliar qual o nível de endividamento das famílias em questão há uma distribuição equitativa no nível de comprometimento e ao analisar os fatores que afetam o nível de endividamento das famílias pesquisadas verifica-se uma alta concentração no item alimentação.

Quanto os instrumentos de Planejamento Financeiro disponíveis e quais são utilizados pelas famílias o caderno de anotações lidera a preferência seguido pela planilha eletrônica, métodos que podem ser considerados bastante simples. Em ambos estados mais que 20% dos respondentes, em cada um deles, afirmaram não optaram por método algum.

Assim, ao buscar entender de que forma o Planejamento Financeiro contribui para a redução do nível de endividamento das famílias da Bahia e Sergipe, pode-se afirmar que a utilização de técnicas de educação financeira poderiam contribuir para a redução do endividamento de tais famílias.

A partir da análise da pesquisa realizada e das informações apuradas nesse estudo, pode-se considerar que para preparar um futuro financeiro seguro, é necessário boa orientação e planejamento quanto ao uso do dinheiro, bem como a prevenção de gastos desnecessários.

A ausência do planejamento proporciona um desequilíbrio financeiro e o comprometimento total da renda, além de deixar o indivíduo descapitalizado para eventuais emergências. É necessário dispor de tempo e organização. Medidas simples podem ser aplicadas como, por exemplo, a ferramenta principal: o orçamento. Colocar em um caderno de anotações ou em uma planilha, ou em qualquer outro instrumento de registro as receitas e despesas previstas para o mês, auxilia no controle e lhe dá subsídios para saber no que investir ou contrair uma dívida que você possa pagar.

Todos integrantes da família deverão estar envolvidos no planejamento financeiro, uma vez que isso possibilita um amadurecimento e compreensão da real situação financeira da família. Assim possibilitando a definição de metas e estratégias para alcançar um objetivo comum da família que é o equilíbrio e a estabilidade financeira.

Quando o consumo tem as suas motivações equilibradas necessidade versus conveniência, o orçamento acaba enxugado e apresentando resultados mais favoráveis. A facilidade de crédito muitas vezes leva os indivíduos a consumirem mais e o pior, desnecessariamente. Para que essa situação não piore, é essencial se perguntar antes de efetuar uma compra se ela é mesmo necessária ou é apenas para satisfazer o desejo de consumo. A principal razão para o descontrole financeiro é gastar mais do que se ganha, ou seja, as despesas, os desembolsos são maiores que as entradas de recursos.

Por fim, considera-se que a organização resultante de um planejamento financeiro proporciona com que os indivíduos e família não fiquem endividados. Fazer um orçamento mensal e/ou anual é uma boa indicação. Usar o cartão de crédito de forma inteligente pode contribuir para reorganização das finanças e concentração dos gastos através do pagamento de conta mensal. Quitar sempre as dívidas em dias reduz a incidência de juros e com isso o diminui o comprometimento da renda. Mudar de atitude, abandonar velhos hábitos requer esforço, no entanto, as recompensas são excepcionais.

REFERÊNCIAS

BLOCK-LIEB, Susan e JANGER, Edward J. **The Myth of Rational Borrower: Rationality, Behavioralism and the Misquid “Reform of Bankruptcy Law”**. Texas Law Review, v. 84, n. 6. Mai/2006.

CERBASI, Gustavo. **O que é planejamento financeiro?** Disponível em: <http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/o-que-e-planejamento-financeiro.html> Acesso em: 07 jan 2013.

CNC, Confederação Nacional do Comércio. Disponível em: <http://www.cnc.org.br> Acesso em: 12 dez 2012.

CYMBALUK, Fernando. **Família brasileira encolhe e cada vez mais gente mora sozinha, aponta IBGE**. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/21/familia-brasileira-encolhe-e-cada-vez-mais-gente-mora-sozinha.htm>. Acesso em: 15 jul 2013.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia Financeira: quebre o ciclo de gerações endividadas e construa sua independência financeira**. 2.ed. São Paulo: Elevação, 2007.

FARINHAS, Altemir Carlos. **Cura!**: Há solução para sua vida financeira. Curitiba: A.C. Farinhas, 2005.

FERREIRA, R. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo: 2006.

GICEA - Gabinete de Gestão de Iniciativas Comunitárias do Emprego e ADAPT/EQUAL. **Manual do Formando – Gestão e Economia Familiar**. Disponível em: http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=19531706&att_display=n&att_download=y. Acesso em: 07 jan 2013.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Habra, 1997.

IEF – Instituto de Estudos Financeiros – **Planejamento financeiro pessoal**. Disponível em: <http://www.ief.com.br/bolso.htm>. Acesso em: 07 jan 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 dez 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2007.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MICHAELIS, Dicionário Escolar Língua Portuguesa com Nova Ortografia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MIRANDA, Luis Carlos; LIBONATI, Jerônimo José. **Planejamento Operacional**. In: Controladoria: Agregando valor para a empresa. Paulo Schmidt (Coordenador). Porto Alegre: Bookmann, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégicos: Conceitos Metodologia e Práticas**. São Paulo. Atlas, 1999.

SOMAN, Dilip. **Effects of Payment Mechanism on Spending Behavior: The Role of Rehearsal and Immediacy of Payments**. Journal of Consumer Research, University of Chicago Press, v 27, 460-474, Mar/2001.

STRATE, Anete Berenice Schaeffer. **Implicações provenientes da elaboração de um orçamento familiar**. Disponível em: <http://www.univates.br/bdu/handle/10737/107/1/AneteStrate.pdf>. Acesso em: 07 jan 2013.

TORRALVO, Caio Fragata. **Planejamento financeiro pessoal: ciência ou arte?** Disponível em: <http://financenter.terra.com.br/Index.cfm/Fuseaction/Secao/IdSecao/2054>. Acesso em: 07 jan 2013.

A SUPERLOTAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO SOB A ÓTICA DO CUSTO CONTÁBIL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR (RMS)

HILDO MÁRIO BATISTA ALCÂNTARA [*hildo_alcantara@globo.com*], ÉRICA ELENA AVDZEJUS [*ericavdzejus@hotmail.com*]
E KÁTIA SILENE LOPES DE SOUZA ALBUQUERQUE [*k.albuquerque@uneb.br*]

Recebido em 20/novembro/2013
Aprovado em 13/junho/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

RESUMO

Este artigo propõe entender o processo de superlotação pela composição de custo operacional do sistema de transporte coletivo público. Além disso, busca-se fazer uma análise crítica acerca desse processo de superlotação a partir do custo contábil. O estudo foi realizado no município de Salvador, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, nesse caso com acesso à planilha de custos da Transalvador. No intuito de alcançar os objetivos foram abordados os aspectos econômicos inerentes ao setor de transporte público, como a sua regulamentação e os fatores que desencadeiam a superlotação; foi investigado também a forma de custeio praticada pelas empresas prestadoras desse serviço na cidade de Salvador, no estado da Bahia, com base no Decreto nº 23.311/12. A partir da projeção do aumento dos custos com a ampliação de 10% da frota, notou-se que a eliminação da superlotação encarece o serviço, com isso, a mesma contribui a diluição dos custos.

PALAVRAS-CHAVE: Transporte coletivo. Custo contábil. Economia de escala. Superlotação. Salvador.

1 INTRODUÇÃO

A superlotação dos transportes públicos urbanos é um dos fatores que contribuem para o stress e desconforto na vida dos cidadãos, principalmente os de média e baixa renda que habitam os centros urbanos, repercutindo diretamente na qualidade de vida da população. E, sendo este um serviço público prestado pela iniciativa privada, por delegação do Poder Público, é imprescindível que atenda a característica de serviço público, que deve garantir o bem estar da coletividade.

O setor de transporte público sofre influência do Estado, sindicatos, usuários do setor e das empresas prestadores do serviço. Alvo de críticas em relação à qualidade e preço do serviço, é tema de discussão, isto porque além de ser, em sua essência, um ramo da economia regulamentada pelo Estado, é uma questão social que influencia bastante a garantia fundamental do cidadão de ir e vir.

Valendo-se da análise do custo para a formação da tarifa do transporte coletivo público, discute-se aqui a superlotação, tendo como ponto de partida aspectos econômicos, principalmente a economia de escala por indivisibilidade técnica, a fim de extrair o motivo mais coerente para o desencadeamento desse aspecto, que é generalizado no país, principalmente no deslocamento da população residentes nos bairros afastados do centro urbano e comercial.

Nessa perspectiva esta pesquisa parte da seguinte questão de investigação: **Como o processo de tomada de decisão das empresas de transporte urbano utilizam-se das informações do custo contábil para auferir maior lucro, desencadeando a superlotação do transporte coletivo público?**

Assim, esta pesquisa tem por objetivo geral identificar como processo de superlotação do sistema de transporte coletivo público, a partir da análise da composição de custo operacional,

é um fator desencadeador a economia de escala.

Tem-se por objetivos específicos: Analisar criticamente o processo de superlotação a partir do custo contábil; caracterizar o custo da passagem de ônibus em Salvador; e identificar a regulação do Estado no mercado estudado.

Tratar dessa problemática coloca em questão a qualidade do transporte coletivo urbano. Discute-se também a eficiência ou não do Estado para a regulação desse segmento, já que as condições socioeconômicas que envolvem os passageiros e as empresas prestadores de serviço. Espera-se que essa análise possa gerar informação útil aos órgãos pertinentes para elaborar e implantar projetos que extinga ou amenize a superlotação.

Utilizou-se como delimitação espacial, o município de Salvador, terceira maior capital do país em população e que sofre um intenso processo de conurbação com a região metropolitana, principalmente com os municípios de Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho.

Como metodologia para elaboração desse trabalho, inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica, que segundo Silva (2010), é um excelente meio de formação científica quando realizada independente ou como parte da pesquisa empírica. Foi feita então um levantamento de referências relacionadas a contabilidade de custos e economia, para depois levantar referencial sobre o transporte público coletivo, que se mostrou como uma área de pesquisa pouco acessado. Dessa forma, este estudo é considerado também uma pesquisa exploratória, pois, de acordo com o autor supramencionado, essa pesquisa é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Para complementar esse estudo foi utilizada também a pesquisa documental, pois foi permitido o acesso à planilha de custo da Transalvador.

Além dessa primeira seção, denominada introdução e que apresenta o direcionamento da pesquisa, este trabalho está dividido em mais quatro subdivisões, a saber: a segunda seção traz uma análise econômica do setor de transporte; na terceira seção os custos da passagem de ônibus são apresentados e discutidos; a superlotação é apresentada na quarta seção e na quinta apresentam-se as considerações finais.

2 ANÁLISE ECONÔMICA DO SETOR DE TRANSPORTE COLETIVO

O setor de transporte coletivo público é alvo de regulação econômica. De acordo com Kupfer e Hasenclever (2002), define-se regulação econômica como qualquer ação do governo no sentido de limitar a liberdade de escolha dos agentes econômicos.

Contudo, é necessário ter respaldo legal para analisar a estrutura econômica desse serviço. A Lei Nº 12.587/2012 institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, em conformidade com o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal; no capítulo II da referida lei, trata das diretrizes para a regulamentação dos serviços de transporte público coletivo, que servirá de base para entendimento econômico do setor (BRASIL, 2012).

É fundamental atentar para as partes envolvidas nessa conjuntura econômica: as empresas prestadoras do serviço e a população, principalmente os cidadãos de baixa renda, estão envolvidas diretamente como ofertante e cliente, respectivamente.

O governo, por sua vez, interfere nessa relação, como concedente e fiscalizador das empresas de transporte público, no intuito de assegurar o bem estar coletividade, bem como o cumprimento dos direitos constitucionais do cidadão brasileiro, dispostos no inciso VI do art.8º, Constituição Federal de

1988, que dispõe sobre a importância de quem seja atendida a mocidade da tarifa para o usuário. Ou seja, a tarifa deve ser modesta e coerente com a realidade socioeconômica da população.

Complementando essa ideia, Carvalho Júnior, et al (2009) afirmam que:

A determinação do preço final ao consumidor de um serviço da grandeza do transporte público urbano se configura numa tarefa extremamente complexa, a tarifa do ônibus urbano envolve custos, mas se submete ao bem-estar social, que se entende por não destituir o cidadão do direito de ir e vir.

Na mensuração da tarifa pública é que se encontra a problemática para as empresas, com a alta regulamentação alinhada a tarifas condizentes com a realidade da população. A empresa ainda tem que obter seu lucro com esse serviço, pois, de acordo com Vasconcellos (2010), o objetivo da firma é auferir e maximizar lucros e para atender a essa finalidade, a distância entre preço e custo deve ser a maior possível.

Para ser fornecedora de transporte público para a população, a prestadora do serviço tem que passar por um processo licitatório, pelo qual deve atender as diretrizes fixadas no art.10 da Lei nº 12.587/2012, e ajustar-se ao regime econômico e financeiro da concessão, como dispõe o art. 9º da mesma lei:

O regime Econômico e financeiro da concessão e da permissão do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público.

As empresas prestadoras do serviço de transporte público, assim como qualquer outra organização devem possuir uma eficiente gestão de custos, pois, segundo Martins (2010), o mercado é o grande responsável pela fixação dos preços, e não os custos dos produtos, e por isso a boa gestão de custos tem seu grande objetivo na maximização dos lucros.

Assim, é necessário consultar a população sobre o preço que está disposta a pagar pelo serviço e, ainda, verificar junto aos usuários do transporte público que itens adicionais poderiam ser oferecidos, que justificassem a aceitação do aumento da tarifa. De posse dessas informações, a empresa pode ainda demandar uma reestruturação nos custos, de modo que obtenha a margem de lucro desejada, oferecendo o serviço a um preço alinhado ao preço aceito pelos usuários.

As ferramentas gerenciais de custos são importantes para analisar o retorno do investimento. De acordo com Carvalho Júnior, et al (2009), o uso da margem de contribuição na gestão dos custos como ferramenta gerencial no processo de análise dos custos de transporte coletivo urbano, torna-se um importante instrumento na avaliação da rentabilidade das linhas integrantes do sistema. Assim, a mensuração dos custos é um instrumento importante à obtenção de lucros e visualização da saúde econômica.

O funcionamento da economia de escala tem relação direta com a gestão de custos. Segundo Kupfer e Hasenclever (2002, p.43), os economistas, por sua vez, estão mais preocupados com o processo decisório, e por isso, a análise econômica se centra nos custos, que poderão ocorrer no futuro e nos critérios que devem ser utilizados pela empresa para reduzir seus custos e melhorar a lucratividade.

A economia de escala é uma grande aliada das empresas na maximização dos resultados, pois proporciona a verificação de que a receita marginal é superior ao custo marginal. Portanto, as empresas

do setor de transporte de passageiros podem se valer dela para tomarem decisões que envolvem maiores lucros. De acordo com Kupfer e Hasenclever (2002, p. 55), muito embora produção esteja crescendo *t* vezes, a quantidade de insumos utilizados não cresce na mesma proporção, e sim em proporção inferior.

A economia de escala, que se destaca nesse setor é por indivisibilidade técnica que, conforme Kupfer e Hasenclever (2002, p.56), se relaciona com o tamanho dos equipamentos, utilizados na prestação do serviço. Isso ocorre por vários fatores relacionados ao transporte, entre eles estão o preço elevado na aquisição de novos ônibus, o alto custo de manutenção da frota, alto custo com pneus e a quantidade de combustível utilizado para fazer os itinerários.

Assim, é gerencialmente visível a eficácia da economia de escala para a busca da redução dos custos, a partir do conhecimento do custo marginal e da receita marginal. Sabe-se que a tarifa do transporte público é composta por: custos do itinerário, mais a margem de lucratividade, dividido pelo número de assentos disponíveis no ônibus. Isso revela que aqueles passageiros que são transportados em pé, correspondem, para a empresa, uma receita marginal acompanhada com custo marginal quase zero.

Assim, a utilização de ferramentas de gestão de custos contábeis e econômica se mostra eficiente e interessante às empresas, e podem proporcionar a maximização de lucros mesmo neste setor estratégico que sofre intervenção socioeconômica do governo.

3 Os Custos da Passagem de Ônibus em Salvador-Bahia

Segundo Lawrence (1977), a contabilidade de custos pode ser definida como o processo ordenado de usar princípios da contabilidade geral para registrar os custos de operação de um negócio.

Para Martins (2010), a contabilidade de custos tem duas funções relevantes: o auxílio ao controle e a ajuda a tomada de decisão. O fornecimento de dados que servem para a elaboração de padrões organizacionais, orçamentos e previsões está diretamente relacionado com a função de controle. A gestão dos custos é também geradora de informações relevantes de curto e longo prazo relacionadas ao processo operacional da organização que influencia na tomada de decisão.

Os custos que estão relacionados intrinsecamente ao preço da passagem de ônibus em Salvador, capital da Bahia, estão dispostos no Decreto nº 23.311 de 04 de outubro de 2012. Ele define atribuições e procedimentos para o controle econômico do sistema de transporte coletivo por ônibus de Salvador. Assim, com base no modelo de cálculo posto no Decreto nº 23.311/12, descreve-se a estrutura de custo do sistema de transporte coletivo por ônibus do município de Salvador.

De acordo com a gestão de custos, no modelo apresentado pela Prefeitura Municipal de Salvador, há duas divisões dos custos importantes: Custo Variável e Custo Fixo. Segundo Martins (2010), Custo Fixos e Variáveis são uma classificação que não leva em consideração o produto, e sim, o relacionamento entre o valor total do custo num período e o volume de produção.

Em alinhamento com o Instituto de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Qualidade em Transporte (IDAQ), o custo operacional de uma empresa transportadora de passageiros é todo o gasto realizado para comprar bens e contratar serviços necessários à realização de serviço de transporte de passageiros.

Os custos variáveis que compõem o custo operacional, de acordo com o Decreto citado, são: a)

combustível, b) óleos e lubrificantes, c) peças e acessórios, e d) rodagem.

Para chegar aos custos inerentes ao transporte público, tem-se: a) combustível: produto do preço do combustível (PC) por litro pelo índice de consumo do combustível (IC). O IC encontra-se apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 - Índice de Consumo do combustível (IC)

ÍNDICE DE CONSUMO	COEFICIENTE (L/KM)
Consumo de Diesel (leve)	0,355103
Consumo de Diesel (pesado)	0,46297
Consumo de Diesel (especial)	0,534486

FONTE: Elaboração própria (2013), adaptado do Decreto nº 23.311/12

b) óleos e lubrificantes: obtido pela soma dos custos do óleo do motor, o custo do óleo do câmbio, o custo do óleo de transmissão, o custo do fluido de freio e custo da graxa; Custo de peças e acessórios: obtido pelo produto do Preço do veículo novo, exceto pneus e câmaras (PV2) com o Índice de Peças e Acessórios, que encontra-se disposto na Tabela 2.

TABELA 2 - Índice de Peças e Acessórios (IPA)

ÍNDICE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS	COEFICIENTE
Peças e Acessórios (0 a 3 anos)	0,12
Peças e Acessórios (3 a 5 ano)	0,12
Peças e Acessórios (5 a 7 anos)	0,12
Peças e Acessórios (acima de 7 anos)	0,12

FONTE: Elaboração própria (2013), adaptado do Decreto nº 23.311/12

d) Rodagem: é o somatório do custo de pneus, câmaras, protetores, recapagens. Para achar os respectivos custos, utiliza-se as seguintes fórmulas: Custo de pneus= (preço do pneu novo x quantidade de pneus): Vida útil pneu; Custo de câmaras= (preço da câmara de ar nova x quantidade de câmaras x 2): vida útil; Custo de protetores= (preço de um protetor novo x quantidade de protetores x 2): vida útil; Custo de recapagens= (preço de uma recapagem x quantidade de recapagens x 2): vida útil.

Os custos fixos que compõem a base de cálculo são: depreciação, remuneração do capital, pessoal de operação e manutenção, e despesas administrativas. Para calcular os custos fixos, utiliza-se as seguintes fórmulas: a) Custo de depreciação (CD): o custo de depreciação dá-se pela soma do custo de depreciação da frota com o custo de depreciação das máquinas. O custo de depreciação da frota é calculado a partir do produto do coeficiente de depreciação anual da frota pelo preço do veículo novo exceto pneus e câmaras, dividido pela frota prevista para operar nos dias úteis, dividido por 2. O custo de depreciação de máquinas, instalações e equipamentos é o produto do preço do veículo novo completo pelo fator; fator esse definido pelo Decreto 23.311/12 de 0,0001; b) Custo de remuneração do capital: é o somatório do custo de remuneração da frota, custo de remuneração do capital empregado em almoxarifado, custo de remuneração de instalação equipamentos; c) Custo de Pessoal: esse custo é calculado a partir do produto

dos salário-base dos motoristas, cobradores, despachantes e mecânicos, pelo fator de utilização de cada um, e encargos sociais. Em um estudo de caso na empresa de transporte coletivo de Salvador, Barramar, BRUNI (2009), destacou que os gastos com operadores são compostos pelo salário base somado aos encargos, que representam 84,26% do salário base, e multiplicado ao fator utilização; d) Despesas administrativas: englobam custo com seguro obrigatório, custo com outras despesas, custo com bilhetagem eletrônica, custo com benefícios, plano de saúde, custo com uniforme, custo de responsabilidade civil.

Os impostos que incidem diretamente sobre a prestação desses serviços são: ISS, PIS E FINSOCIAL, assim, a Tabela 3, mostra as alíquotas dos respectivos tributos.

TABELA 3 - Tributos incidentes

TRIBUTOS	ALÍQUOTA (%)
ISS	2
PIS	0,65
FINSOCIAL	3

FONTE: Elaboração própria (2013), adaptado do Decreto nº 23.311/12

Para o cálculo da tarifa, é preciso dividir o custo total pelo índice de passageiros por quilômetros. Esse índice é encontrado a partir da relação entre o total de passageiros equivalentes, que de acordo com o Instituto de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Qualidade em Transporte (IDAQ) representa os passageiros que pagam meia-passagem mais os passageiros que pagam a tarifa convencional mais 50%, e a quilometragem percorrida. Assim, temos o valor da tarifa por passageiro.

4 A SUPERLOTAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO EM SALVADOR-BAHIA

A partir da abordagem dos aspectos econômicos e contábeis, será discutido a partir de agora a superlotação do transporte público. Se observarmos as linhas de projeto nas quais se debruçam as instituições relacionadas com o setor de transporte público, temos a seguinte tabela.

Tabela 4 - Tipos de projetos estratégicos realizados na cidade nos últimos anos (em %)

TIPOS DE ESTUDO	ÓRGÃOS GESTORES	SINDICATOS	EMPRESAS
Melhorias das linhas de transporte em corredor ou área específica	75,4	78,1	70,7
Integração de linhas de transporte em corredor ou área específica	59,0	62,5	64,6
Implantação de novos sistemas ou modos de transporte	55,7	78,1	63,4
Implantação de serviços diferenciados de ônibus	59,0	71,9	67,1
Implantação de bilhetagem automática	50,8	71,9	52,4
Criação de órgãos gestores de transporte e trânsito	37,7	40,6	50,0
Licitação de serviços de transportes	44,3	53,1	31,7
(1) Porcentagem do total de organizações respondentes que indicaram ter sido feito este tipo de estudo na cidade.			

FONTE: Pesquisa Planejamento e Tomada de Decisão em Transporte Urbano – NTU (2013).

Na tabela acima, pode ser visto que projetos desenvolvidos nos últimos anos, estão relacionados à melhoria do serviço no tocante à integração, fiscalização e implantação de sistemas. No entanto, esses, pouco influenciam no processo de superlotação.

A prestação desse serviço faz alusão a uma gangorra, onde de um lado encontram-se as empresas prestadoras de serviços, do outro os passageiros, e no meio Estado para regular, no intuito de equilibrar as disputas de interesse. É nessa disputa de interesse que as empresas valem-se de ferramentas econômicas e contábeis; e os usuários, de associações, sindicatos, e manifestações, no intuito de atender aos seus interesses e garantir o seu bem-estar social.

Para uma empresa colocar mais um ônibus nas ruas é um investimento, que se transforma em custo, como foi explanada no capítulo referente ao custo da passagem de ônibus, tais como: combustível, rodagem, lubrificantes, salários (mais um motorista e um cobrador), depreciação, entre outros. Para analisar de forma coesa, apresenta-se a seguir, a planilha de custo disponibilizada pela Transalvador, no mês de agosto do ano de 2012.

TABELA 5 - Planilha de Custos PMS-SETIN-TRANSALVADOR

PLANILHA DE CUSTOS	SISTEMA TOTAL		
	DATA: Agosto/2012		
ÔNIBUS URBANO	R\$ / Veic. Mês	R\$/Km	Partic (%)
COMPONENTES			
1. CUSTO VARIÁVEL		1,7500	28,45
Combustível		0,6033	14,61
Lubrificantes		0,0971	2,35
Rodagem		0,1455	3,52
Peças Acessórias		0,3291	7,97
2. CUSTO FIXO	22.046,6815	2,72128	65,90
Depreciação	1.843,3108	0,22752	5,51
Remuneração	1.256,4857	0,15879	3,85
Pessoal	15.583,1018	1,92347	46,58
Motoristas	7.306,0368	0,90180	21,84
Cobreadores	4.402,4302	0,54340	13,16
Despachantes	878,8528	0,10848	2,63
Manutenção	1.737,0501	0,21441	5,19
Administrativo	1.258,7320	0,15537	3,76
Pró-labore da diretoria	.	0,00000	0,00
Despesas administrativas	3.333,7832	0,41150	9,96
Benefícios	1.978,3750	0,24420	5,91
Despesas Gerais	767,9596	0,09479	2,30
Seguro	35,8270	0,00442	0,11
Responsabilidade civil	89,6216	0,01106	0,27
Sist. Eletr. de Bilhetagem	462,0000	0,05703	1,38
3. CUSTO OPERACIONAL TOTAL		3,8963	94,35
4. IMPOSTOS E TAXAS		0,2333	5,65
Taxa de Gerenciamento		-	0,00
ISS		0,0826	2,00
PIS		0,0248	0,65
FINSOCIAL		0,1239	3,00
CUSTO TOTAL POR KM		4,1296	100,00
CUSTO DO PASSAGEIRO		2,8056	
PASSAGEIRO EQUIVALENTE:	28.619.670,00		
QUILOMETRAGEM:	19.443.785,66	PMM:	8.101,58
FROTA EM OPERAÇÃO:	2.400	IPK:	1,4719

FONTE: Transalvador (2013).

Projetando a inserção de 10% da frota em relação aos valores exposto na planilha, considerando o mesmo número de passageiros equivalentes, ou seja, 28.619.670 usuários, tendo em vista que não serão transportados passageiros em pé devido a expansão da frota, tem-se a projeção de custos apresentada na tabela 6.

TABELA 6 - Projeção de custos

Descrição	Custo Base	Projeção (10%)	Valor Total
Custo Variável	1,175	0,1175	1,2925
Custo Fixo (Variável)	2,3098	0,231	2,5408
Custo Fixo	0,4115	----	0,4115
Custo Operacional	3,8963	0,3485	4,2448
Impostos e Taxas	0,2333	0,0233	0,2566
Custo Total	4,1296	----	4,5014

FONTE: Elaboração própria (2013).

Como demonstra a tabela 6, há um aumento nos custos variáveis, nos custos fixos referentes a remuneração, depreciação e pessoal e tributos que impacta no aumento do custo total. Para chegar ao custo do passageiro, foi considerado o aumento da quilometragem percorrida em também 10%, ou seja, cerca de 21.338.164,23 quilômetros percorridos.

De posse do número passageiros equivalentes e da quilometragem percorrida foi calculado o Índice de passageiros por quilômetro (IPK), a partir da relação entre esses dois dados chegando a um IPK de 1,3412. Dessa forma, chegou-se ao custo do passageiro, a partir da relação entre o custo total e o IPK, resultando em um custo do passageiro de 3,3562. Nesse caso, o aumento da frota em 10% impacta no aumento de aproximadamente R\$ 0,55 a serem pagos pelo usuário do transporte coletivo público. É importante destacar, como ressaltado na seção referente à análise econômica do setor de transporte coletivo, que esse segmento sofre regulamentações do poder público, incidindo até sobre o preço a ser praticado pelas empresas prestadoras de serviço.

Ratificando, o aumento da frota é fator determinante para a redução da superlotação no transporte público coletivo urbano, e causa um impacto direto no aumento dos custos e conseqüentemente no preço da passagem, onde o usuário tem de pagar mais caro para usufruir desse serviço de maneira mais confortável. O aumento dos custos também se intensifica com o processo de redução da demanda por esse serviço, devido a migração de usuários para o transporte individual, seja por meio de carros ou motocicletas. Outro fator relevante são as gratuidades e descontos, que transferem os custos para os passageiros que pagam a passagem integral.

De acordo com a Transalvador (2013), no mesmo período da planilha exposta, foram transportados cerca de 35.775.000 passageiros, o que demonstra a relevância das gratuidades e descontos no rateio dos custos do passageiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo exploratório destaca que a gestão do custo contábil revela como se comporta o custeio e a formação da tarifa ao usuário, nas condições gerenciais do transporte coletivo de Salvador-BA e na projeção de aumento da frota, demonstrando que o combate a superlotação encarece o custo do serviço, portanto, superlotar é uma forma de diluir os custos.

A economia de escala por indivisibilidade técnica é uma justificativa que reforça e torna plausível a superlotação, pois, o aumento da frota provoca a elevação dos custos, assim, transportar mais passageiros

em um mesmo ônibus amplia o rateio dos custos. Assim, no sistema de transporte de Salvador há um grande número de usuários e uma frota reduzida, ficando latente o ganho em escala desse setor, onde as receitas obtidas, devido a transporte do passageiro excedente, serão superior ao custo inerente ao mesmo.

A eliminação da superlotação seria um fator primordial ao alcance da qualidade do transporte público, mas a partir da projeção realizada, verifica-se que a extinção da superlotação impacta na rentabilidade dos empresários locais, pois tratar do processo de extinção da mesma implicaria em um repasse de custos ao passageiro. Outra alternativa seria a intervenção do poder público na garantia da mobilidade confortável dos usuários do transporte coletivo, custeando uma parcela dos gastos referentes ao transporte, para que os usuários tivessem um serviço de qualidade e pagassem um preço que não obstruísse o seu direito de ir e vir, com dignidade.

Ao analisar criticamente o processo de superlotação a partir do custo contábil verificasse que esta superlotação continuará, em Salvador, a fazer parte da realidade daqueles que utilizam-se desse serviço, dada incompatibilidade de alinhamento entre a formação de preço por custo contábil e a prática de preço por análise econômica.

Ao caracterizar o custo da passagem de ônibus em Salvador verifica-se claramente essa incongruência, pois a regulação do Estado no mercado estudado e os custos apontados pela Transalvador (2013) nessa primeira avaliação apontam tal incongruência.

Cabe destacar que esse é um estudo de caráter exploratório, cuja finalidade é estabelecer uma primeira análise sobre o segmento nesse município e região metropolitana, carecendo portanto de maior aprofundamento, inclusive em relação aos custos de outras empresas de transporte urbano local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 12.587**: Política Nacional de Mobilidade Urbana. 2012

BRASIL. **Código Tributário Nacional e Constituição Federal**. 18 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

CARVALHO JUNIOR, Cesar Valentim de Oliveira. BRUNI, Adriano Leal. PAIXÃO, Roberto Brasileiro. OLIVEIRA FILHO, Nivaldo Fernandes. **Uso da Margem de Contribuição em Controladoria**: Um estudo de caso em empresa de transporte urbano de passageiros. Revista de Contabilidade em Ciências Contábeis da UERF: Rio de Janeiro. 2009.

KUPFER, David. HASENCLEVER Lia (Org.). **Economia Industrial**: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. 15ª Tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier. 2002

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10 ed. Atlas: São Paulo: Atlas. 2010.

PINHO, Diva Benevides. VASCONCELLOS, Marco Antônio S. de. TONETO JUNIOR, Rudinei Toneto (Org.). **Manual de Economia**: Equipe de professores da USP. 6 ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

SALVADOR. Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador. Nota Técnica. **Planilha de Custos do STCO**. Salvador, BA. 2013. Disponível em: <http://www.transalvador.salvador.ba.gov.br/?pagina=informacoes/planilha_custo_onibus/planilha_custo#>. Acesso em: 5 Jul 2013.

SANTOS, Nálbia de Araújo. **Uma Reflexão Crítica Sobre o Modelo Tarifário para o Transporte Coletivo Urbano por Ônibus no Brasil:** uma abordagem de gestão econômica. São Paulo: USP (FEA). Dissertação. 2002.

SHANK, John K. GOVINDAJAN, Vijay. **A Revolução dos Custos.** 6 ed. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

SILVA. Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

OS BANCOS NA ERA LULA: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE DOS QUATRO MAIORES BANCOS DO PAÍS DO PERÍODO DE 2003 A 2010

THIAGO TELES DE CASTRO [*templarios_cruzadas@yahoo.com.br*]

Recebido em 16/dezembro/2014
Aprovado em 20/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

RESUMO

Durante a era neoliberal a burguesia financeira/rentista se tornou hegemônica globalmente. No Brasil, as instituições financeiras, principalmente os bancos múltiplos com carteira de banco comercial, aumentaram sensivelmente os seus lucros. Tais fatos levaram a uma centralização cada vez maior dos ativos financeiros em quatro instituições bancárias. São elas: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco. Com a eleição do primeiro proletário para a presidência da república, questionou-se se esta situação de liderança das burguesias financeira/rentista se manteria. Todavia, as políticas macroeconômicas adotadas favoreceram esse segmento da sociedade, com a manutenção de juros elevados, aumento do superávit primário e câmbio flutuante. Não foram identificados estudos sobre os índices de rentabilidade dessas instituições durante o governo Lula. Destarte, serão utilizadas as demonstrações contábeis publicadas de 2003 a 2010 das quatro instituições supra mencionadas para o cálculo desses indicadores. Verificou-se que no período intensificou-se a concentração de instituições e de ativos.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Governo Lula. Bancos Múltiplos. Demonstrações Contábeis. Índices de Rentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O sistema financeiro é um dos entes fundamentais de uma economia nacional. Ele promove a intermediação entre os agentes econômicos superavitários (aqueles cuja sua renda é maior que os seus gastos) e os agentes econômicos deficitários (aqueles que suas oportunidades de gastos são maiores que sua renda).

Segundo Hillbrecht (1999, p. 19):

O sistema financeiro provê serviços importantes para a economia. Seu objetivo primordial é transferir fundos de poupadores, cuja renda é maior que sua disposição em gastar, para aqueles que gostariam de gastar mais que a sua renda e têm boas oportunidades de investimento produtivo. Essa transferência aumenta a possibilidade de produção de bens e serviços na economia e melhora a vida dos consumidores ao permitir que eles antecipem ou posterguem consumo de acordo com suas necessidades.

Entre os intermediários financeiros, destacam-se os bancos múltiplos com carteira Comercial. Eles foram criados por volta de 1988, permitindo uma instituição financeira atuar como banco comercial, banco de investimento, banco de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedade de crédito.

Estes bancos múltiplos foram altamente beneficiados com a implementação e evolução do projeto neoliberal, principalmente a partir da crise cambial, em 1999. Onde

imperavam as lógicas: taxas de juros elevadíssimas, câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB. Eles apresentaram resultados cada vez mais elevados neste período.

No atual cenário de desenvolvimento acadêmico, não existe material disponível analisando os bancos múltiplos e nem seus índices de rentabilidade do período de 2003 a 2010 (pós- FHC). Diante de tal contexto, o tema deste trabalho será uma análise dos índices de rentabilidade das quatro maiores instituições financeiras do Brasil no período de 2003 a 2010 [o denominado governo Lula].

A principal problemática a qual este trabalho se propõe é: **Em que medida as quatro maiores instituições financeiras brasileiras melhoraram seus índices de rentabilidade, no governo Lula (2003-2010)?**

O principal objetivo deste trabalho é analisar os índices de lucratividade das quatro maiores instituições financeiras brasileiras, do período de 2003 a 2010 (governo Lula). Para isto busca-se: compreender a organização do Sistema Financeiro Nacional, identificando diferentes formas de atuação no período estudado; identificar a composição das instituições financeiras (fusões e aquisições) no período e as suas implicações; e levantar os índices de rentabilidade dos quatro maiores Bancos Múltiplos, com carteira de Banco Comercial.

O sistema bancário brasileiro tornou-se protagonista da economia nacional, com o início do neoliberalismo. Com um destaque especial para os Bancos Múltiplos com carteira de banco comercial. Eles aproveitaram-se da política monetária de juros elevados, para aumentar suas margens de lucros.

Diante de tal contexto é indispensável uma análise detalhada dos índices de rentabilidade das quatro maiores instituições financeira brasileira. Essa análise terá como base as demonstrações contábeis publicadas por essas instituições financeiras.

Com isto, poderemos identificar qual foi o banco múltiplo com carteira de banco comercial que mais lucrou neste período; aquele que teve uma maior evolução na sua lucratividade; e um maior desenvolvimento operacional.

Um aspecto importante a ser desvendado por este trabalho é saber quem ou qual grupo econômico da sociedade que mais se apropriou do excedente econômico gerado por estas organizações. Este aspecto é importante para evidenciar qual é o principal beneficiado por estas organizações.

Vale ressaltar também, a importância da análise da evolução da lucratividade dessas instituições durante o governo Lula. O Ex-presidente Lula, atualmente, é conhecido mundialmente por suas políticas sociais e pelo avanço da classe média no Brasil. Por isso é fundamental olhar o seu governo por outro viés, justamente analisando um dos setores mais lucrativos da economia nacional.

Um das metodologias fundamentais a serem utilizadas para alcançar os objetivos propostos por este trabalho é a pesquisa bibliográfica. Ela é necessária, pois, faz-se necessário entender em qual contexto encontram-se os cinco maiores bancos múltiplos com carteira de banco comercial do país. Sendo assim, buscou-se descrever a organização do Sistema Financeiro Nacional.

Outra metodologia primordial para o êxito deste projeto é a pesquisa documental. Pois foi necessário fazer um levantamento das demonstrações contábeis das instituições

financeiras do período de 2003 a 2010, para a análise dos índices de rentabilidade.

Além desta parte introdutória o trabalho contempla nas seções subsequentes: uma revisão bibliográfica sobre o tema, com destaques para o Brasil e o setor financeiro antes e durante o governo Lula (Seção 2); o processo de centralização do capital financeiro durante a era Lula (Seção 3); a intermediação financeira (Seção 4); o sistema financeiro nacional (Seção 5); análise de balanços e indicadores de rentabilidade (Seção 6); apuração e análise dos dados (Seção 7); os índices de rentabilidade (Seção 7.1); e as considerações finais dos estudos (Seção 8).

2 O BRASIL E O SETOR FINANCEIRO ANTES E DURANTE O GOVERNO LULA

Buscando compreender o que ocorreu com os Bancos no Governo Lula (2003 - 2010), e conseqüentemente com suas lucratividades, é necessário caracterizar os capitalistas financeiros e contextualizar o período a ser estudado.

Para Minella (1988) a formação social capitalista possui uma trama complexa de contradições e antagonismo sociais. Ele afirma que a contradição principal continua sendo o enfrentamento burguesia contra proletariado, ou seja, o processo de criação e apropriação da mais-valia. Todavia, existe contradições entres as frações burguesas, seja a nível econômico, pela divisão da mais-valia gerada, seja a nível político, pela participação e controle do Estado burguês. O autor vai além, afirmando que o lucro dos bancos seria uma dedução da mais-valia extraída pelos capitalistas produtivos. Este fato, seria a principal evidência das relações e conflitos Inter burgueses. Afirma ainda que as periódicas e intrínsecas crises capitalistas, no caso brasileiro, geralmente favorecem a fração financeira da burguesia.

O governo Lula assume a administração do Estado brasileiro num período em que a ideologia neoliberal é hegemônica a nível mundial. Destarte, é necessário compreendermos o neoliberalismo em si e suas conseqüências para os Bancos.

Bresser-Pereira (2010) afirma que o neoliberalismo buscava a diminuição do tamanho do Estado e desregular todos os tipos de mercados, principalmente o mercado financeiro. Com ele, surge o Capitalismo financeirizado, ou seja, o capitalismo em que a acumulação de capital é hegemônica pelo setor financeiro.

Ele possui três características centrais: um enorme aumento no valor dos ativos financeiros em circulação no mundo, como conseqüência da multiplicação dos instrumentos financeiros, facilitado pela securitização e pelos derivativos; a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício da burguesia financeira; e um grande aumento na taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo na sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros, por sua capacidade de aumentar as rendas capitalistas.

No Brasil, segundo Filgueiras (2006), a era neoliberal começou com o governo Color. Nesta etapa, houve uma transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais, uma intensa fragilidade financeira-econômica do estado e a subordinação crescente da economia nacional aos fluxos internacionais de capitais.

Ele discorre sua obra afirmando que com Color, houve a liberalização comercial (quedas nas barreiras contra as importações, principalmente de produtos industriais) e a privatização de dezoito empresas

públicas. Portanto, a taxa de desemprego praticamente dobrou de 1989 a 1992. Neste quadro a fração hegemônica da burguesia sobre o Brasil seria: o capital financeiro internacional, os grandes grupos econômico-financeiros nacionais e o capital produtivo multinacional. Vale ressaltar, que com a destituição de Collor, o neoliberalismo no Brasil não foi interrompido, todavia, teve uma significativa redução no seu ritmo de implementação.

Para o autor a segunda fase de implementação do projeto neoliberal no Brasil se deu no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998). Ela se deu sobre a hegemonia do capital financeiro. Os seus principais aspectos foram: estabilização monetária, apoiada na valorização cambial; taxas de juros elevadas (chegando a quase 50% a.a.); desregulamentação, abertura comercial e financeira; privatização; e desregulamentação do mercado de trabalho.

Vale ressaltar que nesta etapa, segundo Corrêa (2004) o Programa de Restruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) – colocou como ente principal o Setor Financeiro Nacional, através do qual injetou recursos públicos nos Bancos que se encontravam em dificuldades financeiras. Logo em seguida, abriu as grandes corporações financeiras internacionais a participação na privatização e desnacionalização do setor.

A terceira fase começa no segundo governo de FHC (1999 - 2002), onde houve um aperfeiçoamento e ajuste no projeto neoliberal. Esse ajuste ocorreu por conta das sucessíveis crises cambiais, principalmente a de 1999. Essa fase teve como eixo central: taxas de juros elevadas, metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário elevados.

Em relação ao lucro dos Bancos neste período, Filgueiras (2006, p. 28) afirma que: “O predomínio do capital financeiro na sociedade, e na sua relação com o capital produtivo, se expressa, de forma contundente, nas políticas econômicas implementadas e nos resultados econômicos (lucros) obtidos pelas instituições financeiras; esteja a economia crescendo ou não”.

Este quadro econômico não mudou no governo Lula, ao contrário, foi aprofundado. Filgueiras (2006, p. 186) afirma que:

Em particular o governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo governo FHC, a partir da crise cambial de 1999: metas de inflações reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais – implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas–, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar sequência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infraestrutura do país – uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas).

Em contraste com a posição de Filgueiras, Singer (2012) afirma que Lula construiu um governo de conciliação de classes, pois, a manutenção da tríade juros altos, superávits primários e câmbio flutuante fariam o papel de acalmar o capital, principalmente o capital financeiro. Já a simpatia passiva dos trabalhadores, para quem os ganhos reais do salário mínimo, a ampliação dos programas sociais

e sua consequente ativação do mercado interno e a recuperação do mercado de trabalho interno; representaram benefícios reais. Estes fatos garantiram a paz necessária durante seu governo.

Singer (2012) argumenta que a base de apoio do lulismo é um subproletariado (principalmente os das regiões norte e nordeste do país) que tem expectativas de um estado forte o suficiente para diminuir as desigualdades sociais, todavia, sem ameaçar a ordem socioeconômica estabelecida.

3 O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO DURANTE A ERA LULA

Nesse contexto neoliberal os bancos assumiram um papel fundamental na atual fase do capitalismo. Neste período neoliberal-monopolista, diversas frações da burguesia (industriais, agrícolas, serviços, etc.) ficaram subordinadas ao capital financeiro.

O processo de centralização do capital financeiro, a nível global, já havia sido percebido por Lênin (2011) no início do século XX. Ele afirma que o capitalismo estaria envolto em crises sistêmicas. Sendo assim, essas crises tendem a ter um efeito centralizador no capital; pois, visando sobreviver e aproveitando as oportunidades, as organizações se concentrariam (em processos de fusões, aquisições e incorporações), aumentando as suas rentabilidades e reduzindo os seus custos. Nesse contexto o capital financeiro teria hegemonia sobre as outras formas de capital.

A centralização do capital financeiro no Brasil obteve um destaque maior a partir das reformas bancárias empreendidas em 1964-1965. Como resultado dessas reformas, o número de agências bancárias mais que dobrou, todavia, o número de instituições bancárias teve uma queda de 30%. Em 1988 foi criada a figura dos bancos múltiplos, com carteira de banco comercial. Esse fato, intensificou ainda mais o processo de centralização do capital financeiro. Em 1970 o Brasil possuía 517 instituições bancárias, já em 2004 possuía somente 164. Uma queda de 68%. Durante o governo Lula (2003-2010) houve três grandes incorporações de instituições bancárias, por outras instituições bancárias. O Itaú Holding incorporou o UNIBANCO, o Banco do Brasil incorporou a Nossa Caixa e o Santander incorporou o Real (BACEN, 2013).

A concentração bancária no Brasil não se resume somente ao número de instituições. Ela é evidenciada também na concentração dos ativos. Em dezembro de 2010, 56,17% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional estavam concentrados em quatro instituições. São elas: Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal e Bradesco (BACEN, 2013).

Por conta deste fato, a análise dos indicadores propostos por este trabalho, serão justamente dessas quatro instituições.

4 A Intermediação Financeira

Lopes & Rosseti (2011, p. 406) afirmam que:

A existência da intermediação financeira pressupõe, como requisito fundamental, que o sistema econômico tenha superado o estágio primitivo das trocas diretas em espécie. [...] em uma economia em que as trocas se estabelecem por meio do escambo, não há possibilidade de formação de mercados monetários e de intermediação de ativos financeiros.

Corroborando com Lopes & Rosseti (2011), neste tipo de sociedade o aumento da poupança ocorre quando existe um aumento dos estoques dos ativos reais produzidos e não consumidos no período corrente. Já os investimentos, são realizados na forma de produção de ativos reais que sirvam como novos instrumentos de produção.

Em função do próprio desenvolvimento deste tipo de sistema, estas formas primitivas cedem lugar a tipos mais avançados de organização econômica, onde a moeda (em uma primeira fase) e a intermediação financeira (em uma segunda fase) são introduzidas.

É neste cenário de desenvolvimento da economia capitalista, que o Sistema Financeiro Nacional se organiza e está inserido. Ele é um elemento dinâmico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, pois permite a alocação eficiente dos recursos econômicos disponíveis e eleva a taxa de investimento e de poupança.

Portanto, para entendermos o papel que os bancos múltiplos, com carteira de banco comercial, desenvolvem na economia nacional, é necessário descrevermos e entendermos como se organiza o Sistema Financeiro Nacional.

5 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional pode ser dividido em dois grupos: o subsistema normativo e o subsistema de intermediação. O subsistema normativo é composto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas quatro comissões consultivas; o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC); Banco central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Estes órgãos têm como objetivo regular, controlar e fiscalizar as instituições de intermediação financeira (FORTUNA, 2011).

Vale ressaltar que ao Bacen e a CMN cabem a adequação dos volumes dos meios de pagamentos as necessidades da economia brasileira, assim como a regulação dos valores internos e externos da moeda nacional.

Por fim o subsistema de intermediação. Ele é formado pelas instituições de intermediação, bancárias, não bancárias e auxiliares. Elas operam em segmentos específicos dos mercados monetários de crédito, de capitais e cambiais, subordinando-se as normas emanadas das instituições dos subsistemas normativos e de supervisão.

A entidade superior do Sistema Financeiro Nacional é o Conselho Monetário Nacional (CMN). O CMN é o responsável pela fixação das diretrizes da política monetária e creditícia.

O órgão executivo central do Sistema Financeiro Nacional é o Banco Central do Brasil (Bacen), cabe-lhe cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento deste sistema e as diretrizes e normas expedidas pelo conselho Monetário Nacional.

A Comissão de Valores Mobiliários tem como o objetivo desenvolver, disciplinar e fiscalizar do mercado de valores mobiliários não emitidos pelo sistema financeiro e pelo Tesouro Nacional. Basicamente o mercado de ações e debêntures. Ela estimula a aplicação de poupança

no mercado acionário, assegurando o funcionamento eficiente e regulando a bolsa de valores e outras instituições auxiliares que operam neste mercado.

Compete a CVM a fiscalização na emissão, no registro, na distribuição e na negociação de títulos emitidos pelas sociedades anônimas e de capital aberto.

Para Lopes e Rossetti (2011, p. 455) os Bancos Comerciais:

No quadro geral do sistema de intermediação financeira do país, os bancos comerciais e as carteiras comerciais de bancos múltiplos constituem a base do subsistema monetário. Possuem a faculdade de criar, sob efeito multiplicador, a principal fração do conceito convencional de moeda – a moeda escritural, constituída pelo total de depósitos a vista nessas instituições.

Portanto para ambos um banco comercial, ou um banco múltiplo com carteira de comercial, é um intermediário financeiro que recebe recursos de quem tem (depósitos a vista) e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos, criando moeda através do efeito multiplicador.

Para o Bacen o principal objetivo dessas instituições é propiciar o suprimento oportuno eficaz dos recursos necessários para financiar, no curto e no médio prazo, o segmento empresarial e as pessoas físicas.

Apesar que a partir de 1986 o Banco do Brasil deixou de exercer atividades típicas de um Banco Central, ele ainda ocupa posição de destaque como parceiro do Governo Federal. Ele é o principal executor da política de crédito rural no país.

Além disto, ele centraliza a arrecadação de rendas e tributos federais, administra a Câmara de Compensação de cheques e outros papéis e efetua os pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento Geral da União.

O principal banco de desenvolvimento do país é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além deste, ainda existem o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e os bancos de desenvolvimento estaduais.

Uma das principais metas do BNDES é impulsionar o desenvolvimento econômico nacional, estimulando a expansão da economia brasileira e de crescimento continuado do PIB. Outro importante objetivo é fortalecer o setor empresarial nacional, estimulando a formação da grande empresa.

Já os Bancos de Investimentos surgiram da necessidade de fornecer capital de giro ou capital fixo, para o empresarial privado, com prazos dilatados. Ou seja, eles operam com recursos de médio e longo prazo, favorecendo a capitalização do setor privado.

Eles visam incentivar a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas em escala global, fortalecendo o capital social das empresas, por meio de subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais.

Essas instituições podem captar recursos tanto internamente, bem como externamente. A captação é geralmente realizada através de repasses de recursos de instituições oficiais, depósitos a prazo fixo ou na colocação ou distribuição, no mercado de capitais, de títulos cambiários e debêntures, bem como a venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados.

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) é parte fundamental do SFN. Ele é constituído pelas Sociedades de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e

Empréstimos e pelas carteiras imobiliárias das Caixas econômicas e dos Bancos Múltiplos. Todas elas visam o financiamento de imóveis residenciais, reduzindo o déficit habitacional no país.

As Sociedades de Crédito Imobiliário operam basicamente com recursos originários de letras imobiliárias, depósitos de poupança e de repasses da Caixa Econômica Federal. Já as Associações de Poupança e Empréstimos são sociedades civis, restritas a determinadas regiões, de propriedade de seus associados e sem finalidade lucrativa. Os depósitos em caderneta de poupança são seus instrumentos básicos de captação de recursos. Os depositantes adquirem vínculo societário e a remuneração de suas poupanças advém dos resultados líquidos da associação ao qual ele passou a ser vinculado.

Atualmente, só existe uma Caixa Econômica, a Caixa Econômica Federal. Ela é resultado da unificação de 23 caixas econômicas existentes até 1969. Sua principal atividade é integrar o SBPE. Todavia, ela equipara-se aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos, pois pode captar depósitos a vista, realizar operações ativas e de crédito e efetuar prestações de serviços.

Além dessas atividades, ela também exerce o monopólio sobre as operações de penhor, tem a competência para a venda de bilhetes das loterias e centraliza o recolhimento e a aplicação dos recursos oriundos do FGTS.

As Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras) são instituições especializadas na intermediação de recursos a médio e longo prazo, para o financiamento da compra de bens e serviços pelos consumidores (o popular “crediário”).

A resolução 1.524/88 do CMN criou os Bancos Múltiplos. Antes dessa resolução, diversos grupos financeiros atuavam em várias carteiras financeiras diferentes, sob formas de diversas empresas. Com o surgimento do Banco Múltiplo, diversas empresas financeiras poderiam se constituir em uma única instituição, com personalidade jurídica própria e, portanto, com um único balanço. Como consequência, elas teriam uma significativa redução de custos.

Para se configurar como Banco Múltiplo a instituição deve possuir pelo menos duas das seguintes carteiras: comercial, investimento, crédito imobiliário, aceite e leasing. Vale ressaltar, que obrigatoriamente uma dessas carteiras deve ser comercial ou a de investimentos.

As Bolsas de Valores são as instituições para quais convergem as operações que se realizam no mercado acionário no país. Contudo, para Lopes e Rossetti (2011), este nível de intermediação financeira se constitui o último grau de evolução de um sistema financeiro. No Brasil, este tipo de intermediação movimentava volumes de poupança pouco expressivos, em relação ao total da poupança financeira.

Elas são constituídas sob forma de associações civis, tendo como principal objetivo manter um local adequado para o encontro de seus membros e para a realização, entre eles, de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, em mercado livre e aberto, organizado e fiscalizado pelos próprios membros e pelas autoridades monetárias.

Vale lembrar que também cabe a elas organizar e administrar o mecanismo de registro e liquidação das operações realizadas.

6 ANÁLISE DE BALANÇOS E INDICADORES DE RENTABILIDADE

Segundo Neves e Viceconti (2007, p.425), a análise de balanços é o “Estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação dos conteúdos das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa”.

Como o principal objetivo deste trabalho é a análise dos quatro maiores Bancos Múltiplos, com carteira de Banco Comercial, durante o governo Lula (2003 – 2010), utilizou-se a análise horizontal de balanços. Ela visa fornecer informações numéricas, de dois ou mais períodos, de modo a fornecer ferramentas aos diversos usuários das Ciências Contábeis (acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governos, instituições financeiras, investidores, etc.) interessados em conhecer a situação financeira da organização ou para a tomada de decisões.

Para Bruni (2010, p.69) “duas grandes variáveis costumam serem analisadas em finanças: dinheiro e tempo. A relação entre dinheiro e tempo fornece as medidas de rentabilidade. Na análise das demonstrações contábeis duas grandes medidas de performance financeira costumam ser usadas.”. Segundo o autor a primeira seria o ROI (*Return On Investment*), que significa retorno sobre os investimentos. Ele representa a medida de rentabilidade da operação como um todo, correlacionando a relação entre os lucros líquidos da operação gerados e os seus investimentos; a segunda seria o ROE (*Return On Equity*), que significa retorno sobre o patrimônio líquido. Ele mede a rentabilidade dos capitais próprios, correlacionando os lucros líquidos da operação e os seus recursos próprios.

Num trabalho realizado por Assaf Neto (2012, P.310), em relação aos índices de rentabilidade e lucratividade, ele afirma que:

A atividade bancária comporta-se similarmente aos demais tipos de negócios, diferenciando-se basicamente pela natureza dos fatores colocados à disposição. Numa instituição financeira, os recursos captados representam suas matérias-primas, que são negociadas principalmente sob formas de créditos e empréstimos concedidos e investimentos.

Portanto, não existe diferenciação entre os cálculos e as análises, desses índices, entre as organizações que ocupam os mais diversos ramos de atividades econômicas.

Utilizarou-se, na análise, os seguintes índices de rentabilidade: rentabilidade sobre o capital próprio, taxa de retorno sobre os investimentos, retorno médio das operações de crédito e lucratividade dos ativos.

O índice de rentabilidade sobre o capital próprio mede a remuneração do capital dos proprietários (PL) aplicados na organização. Ele é calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Taxa} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Já a taxa de retorno sobre os investimentos (TRI) mede o poder de ganho da empresa. Ela é obtida pela seguinte razão:

$$\text{TRI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$$

Vale ressaltar que o Ativo médio é obtido pela média entre o ativo inicial e o ativo final do exercício. O retorno médio das operações de crédito e a lucratividade dos ativos são evidenciados pelas seguintes equações:

$$\text{Retorno Médio das Operações de Crédito} = \frac{\text{Receitas Financeiras de Operação de Crédito}}{\text{Operações de Crédito}}$$

$$\text{Lucratividade dos Ativos} = \frac{\text{Receitas de Intermediação Financeira}}{\text{Ativo Total}}$$

7 APURAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados referentes aos Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado dos Exercícios, dos bancos a serem analisados, foram retirados de suas publicações anuais e estão contidas em seus respectivos sites na internet.

A primeira tabela, refere-se as receitas de intermediação financeira geradas pelos bancos. Já a segunda tabela relaciona os lucros líquidos dos exercícios.

TABELA 1 - Receitas de Intermediação Financeira dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2003 a 2006 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2003	2004	2005	2006
BANCO DO BRASIL	R\$33.624.646	R\$30.770.065	R\$33.315.960	R\$37.147.379
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	91,51%	99,08%	110,48%
BRADESCO	R\$27.529.706	R\$26.203.227	R\$33.701.225	R\$38.221.635
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	95,18%	122,42%	138,84%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$25.050.909	R\$21.344.249	R\$26.012.847	R\$27.979.525
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	85,20%	103,84%	111,69%
ITAU UNIBANCO	R\$14.495.764	R\$17.271.070	R\$20.292.190	R\$29.740.487
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	119,15%	139,99%	205,17%

FONTE: Elaboração própria (2013).

TABELA 2 - Receitas de Intermediação Financeira dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2007 a 2010 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2007	2008	2009	2010
BANCO DO BRASIL	R\$40.773.097	R\$57.115.713	R\$65.729.138	R\$82.458.831
ANÁLISE HORIZONTAL	121,26%	169,86%	195,48%	245,23%
BRADESCO	R\$41.604.523	R\$57.610.974	R\$62.899.079	R\$70.660.261
ANÁLISE HORIZONTAL	151,13%	209,27%	228,48%	256,67%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$26.827.441	R\$32.298.933	R\$34.554.635	R\$39.387.205
ANÁLISE HORIZONTAL	107,09%	128,93%	137,94%	157,23%
ITAU UNIBANCO	R\$32.129.740	R\$64.740.522	R\$76.727.739	R\$80.325.961
ANÁLISE HORIZONTAL	221,65%	446,62%	529,31%	554,13%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

Pode-se perceber que no período analisado o banco que teve o maior crescimento, em termos nominais, em suas receitas de intermediação financeira foi o Itaú Unibanco. Esse fato, deve-se a fusão em o Itaú e o Unibanco no ano de 2008. Ele chegou a ter um crescimento de 554,13% ao final de 2010, em comparação com 2003.

TABELA 3 - Lucro Líquido do Exercício dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2003 a 2006 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2003	2004	2005	2006
BANCO DO BRASIL	R\$2.380.982	R\$3.024.006	R\$4.153.602	R\$6.043.777
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	127,01%	174,45%	253,84%
BRDESCO	R\$2.306.339	R\$ 3.060.151	R\$5.514.074	R\$5.054.040
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	132,68%	239,08%	219,14%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$1.616.145	R\$1.419.802	R\$2.073.016	R\$2.386.190
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	87,85%	128,27%	147,65%
ITAU UNIBANCO	R\$3.151.820	R\$3.775.616	R\$5.251.334	R\$4.308.927
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	119,79%	166,61%	136,71%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

TABELA 4 - Lucro Líquido do Exercício dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2007 a 2010 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2007	2008	2009	2010
BANCO DO BRASIL	R\$5.058.119	R\$8.802.869	R\$10.147.522	R\$11.703.165
ANÁLISE HORIZONTAL	212,44%	369,72%	426,19%	491,53%
BRDESCO	R\$8.009.724	R\$7.620.238	R\$8.012.282	R\$10.021.673
ANÁLISE HORIZONTAL	347,29%	330,40%	347,40%	434,53%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$2.510.098	R\$3.883.289	R\$2.999.706	R\$3.764.411
ANÁLISE HORIZONTAL	155,31%	240,28%	185,61%	232,93%
ITAU UNIBANCO	R\$8.473.604	R\$7.803.483	R\$10.066.608	R\$13.322.963
ANÁLISE HORIZONTAL	268,85%	247,59%	319,39%	422,71%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

Pode-se perceber que a maioria dos bancos teve um aumento acima de 400% em termos nominais, quando se compara 2003 com 2010. Com destaque ao Banco do Brasil que teve um aumento de 491,53% no período estudado. O único banco que ficou abaixo desse patamar foi a Caixa Econômica Federal com um aumento de 232,93%. Esse aspecto ocorreu pelo fato da maior parte das receitas da Caixa advirem do financiamento imobiliário (cerca de 70% do crédito imobiliário no país é financiado pela Caixa), cujo o spread é menor do que os créditos comerciais (onde os outros três bancos se concentram) e os prazos para pagamento são maiores.

Uma observação que merece uma maior atenção, é o fato que, a exceção da Caixa, mesmo com a crise financeira internacional (crise está, tida por especialista a maior desde a grande depressão de 1929), que teve seu ápice em 2008, os bancos não tiveram redução

nos seus lucros; muito pelo contrário, eles mantiveram sua trajetória de crescimento.

As despesas com pessoal é uma das despesas mais importantes dos bancos. Por conta disso, ela merece um destaque adicional. Analisando as Demonstrações do Resultado dos Exercícios, constatamos, que ela é coberta por um tipo de fonte de receita que não deveria constar como uma das principais dos bancos. Essas receitas, são as remunerações dos bancos por prestações de serviços.

As prestações de serviços realizadas pelos bancos, incluem serviços realizados para o estado brasileiro (principalmente no Banco do Brasil e na Caixa, com as prestações de serviços sociais), as taxas de administrações de fundos de investimentos, tarifas de manutenção e movimentação de contas correntes, etc. Salientamos que a partir do ano de 2008, por determinação do Bacen, as receitas de tarifas bancárias foram segregadas das receitas de prestação de serviços. Para não distorcer os cálculos e resultados da pesquisa, a partir dessa data essas duas contas foram somadas.

TABELA 5 - Receitas de Prestações de Serviços dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2003 a 2006 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2003	2004	2005	2006
BANCO DO BRASIL	R\$5.491.433	R\$6.606.837	R\$7.648.070	R\$8.887.274
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	120,31%	139,27%	161,84%
BRADESCO	R\$4.556.861	R\$5.824.368	R\$7.348.879	R\$8.897.882
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	127,82%	161,27%	195,26%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$4.593.942	R\$4.648.273	R\$5.166.384	R\$5.594.725
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	101,18%	112,46%	121,78%
ITAU UNIBANCO	R\$5.121.169	R\$6.165.286	R\$7.737.051	R\$9.096.573
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	120,39%	151,08%	177,63%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

TABELA 6 - Receitas de Prestações de Serviços dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2007 a 2010 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2007	2008	2009	2010
BANCO DO BRASIL	R\$9.901.622	R\$11.810.793	R\$13.511.181	R\$15.867.908
ANÁLISE HORIZONTAL	180,31%	215,08%	246,04%	288,96%
BRADESCO	R\$10.805.490	R\$11.215.095	R\$11.611.490	R\$13.103.557
ANÁLISE HORIZONTAL	237,13%	246,11%	254,81%	287,56%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$6.864.576	R\$7.366.149	R\$8.766.404	R\$10.477.146
ANÁLISE HORIZONTAL	149,43%	160,34%	190,83%	228,06%
ITAU UNIBANCO	R\$10.174.445	R\$11.439.279	R\$15.226.953	R\$17.462.587 R\$ 17.462.587.000,00 R\$ 17.462.587.000,00 R\$ 17.462.587.000,00
ANÁLISE HORIZONTAL	198,67%	223,37%	297,33%	340,99%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

TABELA 7 - Despesas Com Pessoal dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2003 a 2006 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2003	2004	2005	2006
BANCO DO BRASIL	-R\$6.811.750	-R\$7.095.915	-R\$7.473.179	-R\$7.870.755
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	104,17%	109,71%	115,55%
BRADESCO	-R\$4.779.491	-R\$4.969.007	-R\$5.311.560	-R\$5.932.406
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	103,97%	111,13%	124,12%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-R\$4.030.200	-R\$4.739.574	-R\$5.584.780	-R\$6.244.151
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	117,60%	138,57%	154,93%
ITAU UNIBANCO	-R\$3.174.198	-R\$3.319.63	-R\$4.034.370	-R\$4.823.491
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	104,58%	127,10%	151,96%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

TABELA 8 - Despesas Com Pessoal dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2007 a 2010 (em milhares de Reais) Continuação.

BANCO/ANO	2007	2008	2009	2010
BANCO DO BRASIL	-R\$9.161.077	-R\$8.870.069	-R\$11.838.434	-R\$13.019.591
ANÁLISE HORIZONTAL	134,49%	130,22%	173,79%	191,13%
BRADESCO	-R\$6.569.547	-R\$7.166.253	-R\$7.966.338	-R\$9.302.386
ANÁLISE HORIZONTAL	137,45%	149,94%	166,68%	194,63%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-R\$7.158.891	-R\$8.485.004	-R\$9.140.881	-R\$9.954.278
ANÁLISE HORIZONTAL	177,63%	210,54%	226,81%	246,99%
ITAU UNIBANCO	-R\$5.522.765	-R\$7.639.250	-R\$9.832.230	-R\$12.822.261
ANÁLISE HORIZONTAL	173,99%	240,67%	309,75%	403,95%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

Analisando esses dados obtidos podemos perceber que o banco que teve o maior crescimento nas receitas de prestações de serviços e nas despesas com pessoal foi o Itaú Unibanco. No primeiro item ele teve um crescimento em 2010 de 340,99% em relação a 2003. Já no segundo ele obteve um crescimento de 403,95%. Mais uma vez ressaltamos que tal fato se deve a fusão ocorrida entre o Itaú e o Unibanco em 2008.

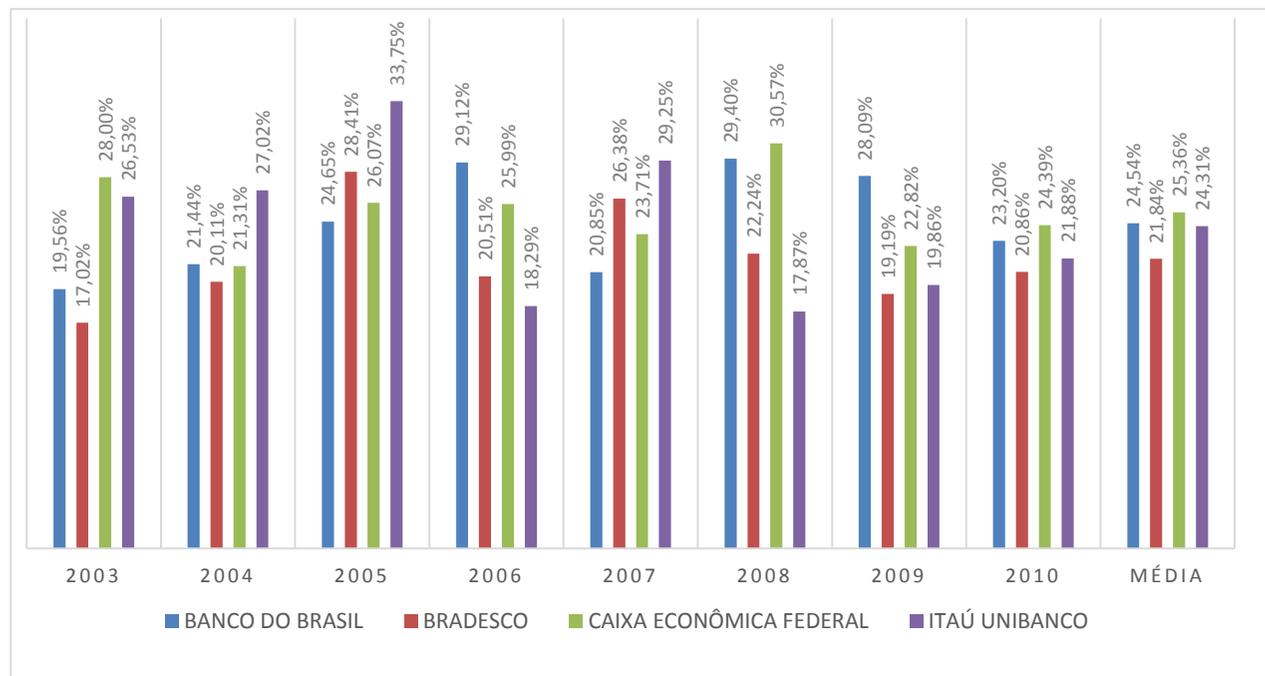
Em relação a despesas com pessoal da Caixa Econômica Federal o aumento de 246,99% em 2010, em relação a 2003, se deve a um fato jurídico. O Supremo Tribunal Federal determinou o fim da terceirização nas áreas consideradas fins. Isso determinou um forte aumento nas despesas com pessoal, como consequência da contratação de funcionários concursados.

Destaque para o fato que na maior parte do período analisado, em especial em 2010, todas as despesas com pessoal são supridas com as receitas de prestações de serviços e ainda sobram recursos.

8 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

O índice do retorno sobre o capital próprio dos quatro bancos analisados segue no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 – Retorno Sobre o Capital Próprio



FONTE: Elaboração própria, (2013).

Com os resultados obtidos, pode-se perceber houve uma grande redução desse indicador no ano de 2009. Esse fato ocorreu principalmente como reflexo da grande crise internacional de 2008.

Outro fato interessante é que antes de sua fusão com o Unibanco, o Itaú era o banco que apresentava os maiores retornos. Tendo o seu ápice em 2005 com 33,75% de retorno sobre o capital próprio.

Como analisa-se aqui um longo período de tempo, o mais lógico é comparar os bancos através da média do período. Considerando a média do governo Lula, o banco que teve o maior retorno sobre o capital próprio foi a Caixa Econômica Federal, com 25,36%. Ela foi seguida pelo Banco do Brasil com 24,54%. Em terceiro lugar aparece o Itaú Unibanco com 24,31%. Por último aparece o Bradesco com 21,84%. Ressaltamos que, com exceção do Bradesco, os resultados dos bancos se situam em um patamar muito próximo um do outro.

Um destaque para os Bancos controlados pela União, pois foram eles que apresentaram as melhores taxas de retorno sobre o capital próprio. Esse fato desmonta a ideologia neoliberal de que o setor privado é mais eficiente que o setor público, não é verdadeira.

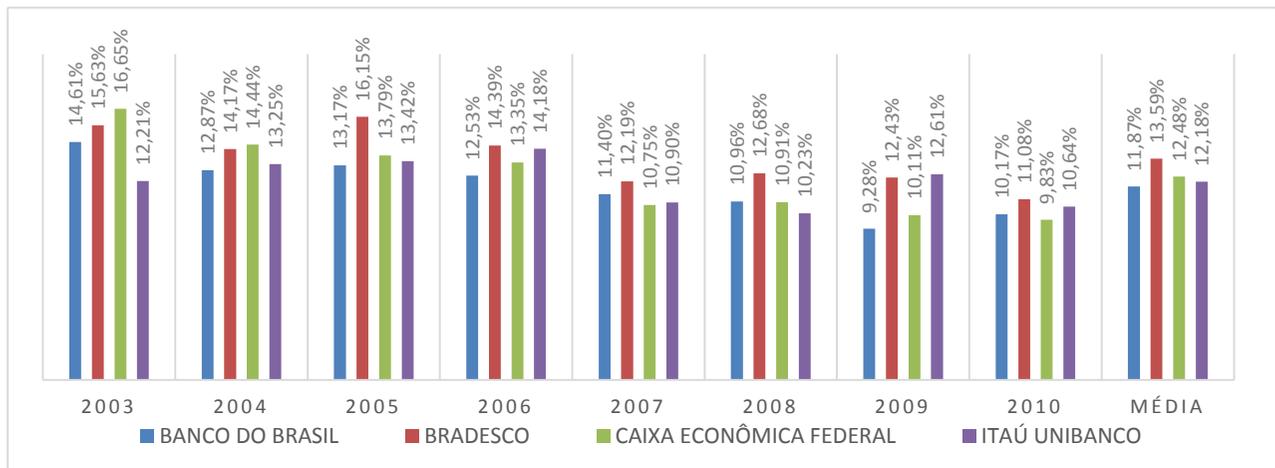
Uma ressalva se faz importante, as taxas alcançadas pelos bancos, nesse índice, são superiores a outros setores da economia nacional. Um exemplo é a PETROBRAS. Analisando suas demonstrações contábeis, a média do seu retorno sobre o capital próprio é de 23,97%. Taxa essa, inferior a maior parte dos bancos analisados. Lembramos que a PETROBRAS é a maior empresa do país e conseqüentemente a maior empregadora.

Em relação ao índice lucratividade dos ativos, conforme podemos perceber no gráfico abaixo, que de 2003 a 2010, de forma geral, houve uma queda nos índices dos quatro bancos. Esse fato

ocorreu por conta da queda da taxa Selic no governo Lula. Ela começou em 25,5% em janeiro de 2003 e terminou em 10,75% em dezembro de 2010. Com essa queda na taxa básica de juros do país, obrigou os bancos a emprestarem mais para poderem manter ou aumentar os seus lucros.

Na média o Banco que atingiu o melhor índice foi o Bradesco com 13,59%. Seguido pela Caixa Econômica Federal com 12,48%. Em terceiro lugar ficou o Itaú Unibanco com 12,18%. Por último veio o Banco do Brasil com 11,87%.

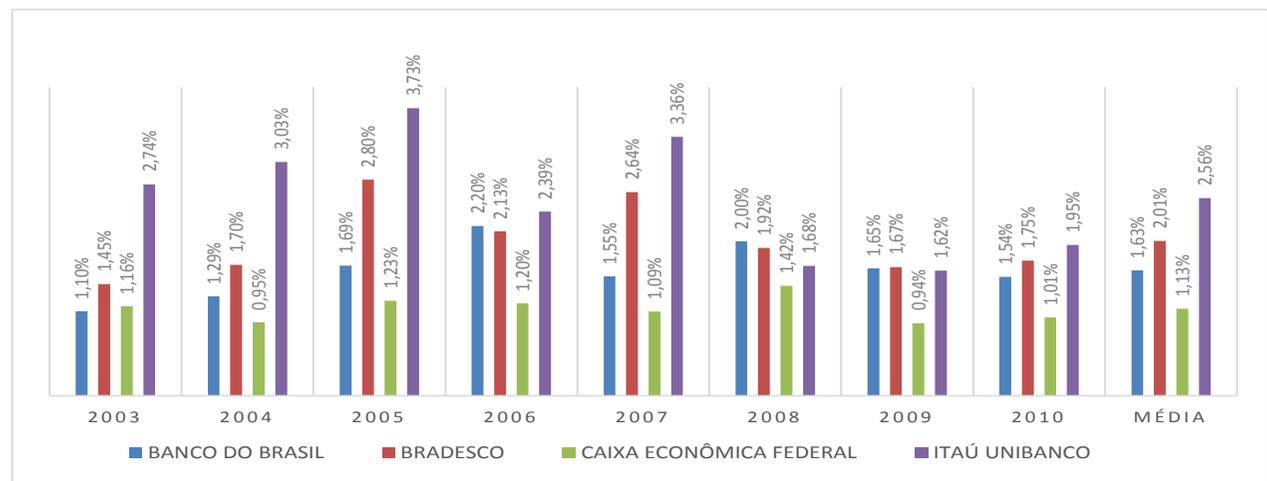
GRÁFICO 2 – Lucratividade dos Ativos



FONTE: Elaboração própria, (2013).

Em relação a taxa de retorno de investimentos (TRI), Assaf Neto (2012) afirma que, no setor bancário, ela é caracteristicamente inferior a outros setores econômicos (a exemplo indústrias, comércio e serviços). Isto ocorre pelo fato do endividamento das organizações financeiras serem elevados (justamente pelo fato de serem intermediadores de recursos), convivendo com uma forte capacidade de alavancagem.

GRÁFICO 3 – Taxa de Retorno de Investimentos



FONTE: Elaboração própria, (2013).

Nesse indicador o setor privado liderou durante todo o governo Lula. Tendo uma trajetória de crescimento até 2007. A partir de 2008 esse índice teve um decréscimo. Na média o que obteve um melhor resultado foi o Itaú Unibanco com 2,56% (apesar da drástica queda em 2008 por conta da fusão). Logo em seguida veio o Bradesco com 2,01%. Em terceiro lugar está o Banco do Brasil com 1,63%. E por último a Caixa Econômica Federal com 1,13%.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados obtidos é fato que os bancos, e conseqüentemente a burguesia rentista, manteve taxas elevadas de rentabilidade durante o período compreendido entre 2003 a 2010. Esse fato, é conseqüência das políticas econômicas e fiscais adotadas durante o governo Lula.

Esse fato é levantado por Singer (2012) quando ele afirma, que com o objetivo de acalmar o capital, o governo Lula manteve a tríade taxas de juros elevados, metas de superávits primários elevadas e câmbio flutuante.

Um aspecto interessante descoberto nessa pesquisa, foi o fato que justamente os bancos com o controle acionário do governo federal (Banco do Brasil e Caixa econômica Federal) obtiveram os melhores resultados nos quesitos retorno sobre o capital próprio e lucratividade dos ativos. Isso prova que a ideologia neoliberal de que o estado é um péssimo gerenciador de recursos econômicos é uma falácia.

Todavia, é necessário ter em mente de que vivemos no sistema do capital, onde o estado é mais um instrumento dos capitalistas de se manter sua hegemonia política, ideológica e econômica. Sendo assim, os recursos dos bancos públicos foram utilizados para financiar a burguesia do segmento produtivo (setores agrícola e industrial). Prova disto é o aumento do crédito concedido a esses setores.

Também é necessário analisar outro aspecto. Conforme afirmou o economista Delfim Neto em entrevista concedida a TV Folha em 16/05/2011, o Brasil passa por um processo civilizatório. Fato esse, que faz com que a mobilidade social seja maior; a classe média passa a ser a maior parte da população brasileira; aumento na criação de empregos e na formalização do trabalho; existe aumentos reais e constantes sobre o salário mínimo; a população passa a consumir bens e serviços que antes não tinham condições financeiras de consumir; um aumento nos programas de proteções sociais; e elevação na média de escolaridade do brasileiro (seja através das criações de mais vagas no ensino técnico ou superior).

Então como compreender um governo que mantém a lógica neoliberal (em termos de política econômica e fiscal), conseqüentemente a lucratividade e o retorno dos bancos/burguesia rentista (como comprovado nos cálculos acima) e ao mesmo tempo demonstra, através de suas políticas sociais, que o estado pode e tem poder solucionar os principais problemas sociais do país?

O governo Lula aproveitou um momento de forte expansão da economia mundial (expansão que só terminou com a crise de 2008), um aumento nos preços das commodities exportados pelo Brasil e o sucesso dos programas de proteção social. Esse contexto fez com que a média de crescimento do PIB durante o período do governo Lula fosse 4% a.a. Uma taxa dessas não se via no Brasil desde o final da década de 70, ou seja, logo após duas décadas (décadas de 80 e 90) de crescimento econômico perdidas.

Sendo assim Lula realizou um governo de conciliação de classes, onde ele mantém o aumento

da lucratividade dos bancos e a tríade macroeconômica neoliberal, e por outro lado realiza benesses sociais para as classes mais baixas (como o subproletariado de Singer) e o proletariado.

Essa maneira de governar é comum em governos sociais democratas. O que ocorreu no Brasil durante a era Lula, aconteceu nos EUA, depois das reformas de Roosevelt, e na reconstrução da Europa pós-guerras. Esse tipo de governo tem uma limitação, o crescimento econômico. Ele somente é viável durante épocas de crescimento econômico. Sendo assim, como o capital é envolto em crises sistêmicas, tal tipo de governo é inviável ao longo do tempo (como se comprovou com os protestos que assolaram o país em 2013).

Diante de tal quadro o governo brasileiro passará por um momento de inflexão, onde terá que decidir entre o capital e o proletariado.

Destarte, existem três futuros prováveis para a relação entre os Bancos/capitalistas rentistas e o governo brasileiro. A primeira é que o governo tenda para o lado do capital financeiro. Com isso, ele teria que retomar as pautas das reformas neoliberais do estado brasileiro, com o objetivo de liberar mais recursos do orçamento geral da união para os pagamentos dos juros da dívida pública, diminuindo os programas sociais e os direitos dos trabalhadores.

Uma segunda possibilidade é a estatização de todo o sistema financeiro nacional. Ademais, os lucros obtidos voltariam para a sociedade como um todo, gerando mais caixa para o estado. Diante do cenário político nacional e internacional, tal alternativa é inviável, pois, para que isso ocorresse teria que haver um movimento revolucionário a nível mundial.

A terceira alternativa é aprofundar o processo civilizatório brasileiro, retirando o capital financeiro do protagonismo nacional, trazendo os seus lucros para níveis aceitáveis (consequentemente alterando o tripé macroeconômico neoliberal); colocando em seu lugar o setor produtivo nacional, principalmente a indústria; aumentando os investimentos em infraestrutura, principalmente a produtiva e a urbana; e melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados.

REFERÊNCIAS

ASSAFNETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BACEN. Banco Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP> > Acesso em: 01 Out 2013.

BB. Banco do Brasil SA. Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/portallbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb> > Acesso em: 01 Out 2013.

BRADESCO. Banco Bradesco SA. Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <http://www.bradesco.com.br/site/conteudo/informacoes-financeiras/demonstracoes-financeiras.aspx?secaoId=721> > Acesso em: 01 Out 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Crise Financeira Global e Depois: Um Novo Capitalismo?**. São Paulo: 2010.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

CAIXA. Caixa Econômica Federal. Demonstrativo Financeiro. Disponível em: < <http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp> > Acesso em: 01 Out 2013.

CORRÊA, Domingos Sávio. **O Movimento de Fusões e Aquisições de Empresas e o Processo de Privatização e Desnacionalização na Década de 1990: O Caso Brasileiro**. São Paulo: USP, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz. **O Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, Dinâmica e Ajuste do Modelo Econômico**. Salvador, 2006.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

ITAÚ. Itaú Unibanco Holding SA. **Demonstrações Contábeis**. Disponível em: < <http://ww13.itaub.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port> > Acesso em: 01 Out 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: UNICAMP, 2011.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 2011.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

NEVES, Silvério das; VICECONTI; Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Frase, 2007.

PETROBRAS. Petróleo Brasileiro SA. **Demonstrações Contábeis**. Disponível em: < <http://fundamentos.mz-ir.com/Default.aspx?c=160&f=762&cc=1&u=1&idm=0> > Acesso em: 01 Out 2013.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. São Paulo: 2008.

SINGER, André Vitor. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OS SENTIDOS DO TRABALHO: UMA ANÁLISE CIRCUNSCRITA AO TRABALHO DOS DOCENTES DE DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM SALVADOR

JARDEL MESSIAS SILVA [jardel.ms@live.com] E JAILSON BRAGA [jailsonbraga@terra.com.br]

Recebido em 15/abril/2014
Aprovado em 10/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

RESUMO

Este artigo visa evidenciar a percepção dos docentes de dois grupos de ensino superior nas suas unidades localizadas em Salvador-Bahia, em relação aos sentidos do trabalho, enfocando a autonomia, autodeterminação e liberdade, categorias utilizadas por Antunes (2007). Partiu-se nessa análise dos resultados obtidos em uma pesquisa de campo através da aplicação de um questionário com 47 docentes das duas IES. Os resultados revelam que as categorias utilizadas necessitam de adaptação. Nesse estudo foi possível verificar que o trabalho possui um sentido contraditório, sendo para alguns um instrumento de prazer e realização, e para outros, uma forma de sustento e sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: Sentidos do Trabalho. Docência. Ensino Superior

1 INTRODUÇÃO

O trabalho pode, para muitos autores, ser visto como elemento estrutural nas distintas formações sociais. Por isso, contempla significados diversos e assume formas distintas de organização e materialidade, considerando o contexto histórico. Na contemporaneidade, o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas, influenciando a relação com a sociedade e adquirindo dimensão dúplice e contraditória, ao mesmo passo que ele cria, humaniza, libera e emancipa, todavia subordina, degrada, escraviza e aliena. Sendo assim, essa dupla dimensão manifesta complexas relações (ANTUNES, 2007, 2011b; DOURADO et al, 2009; MARX, 1982; SILVA; YAZBEK, 2008; BORGES; YAMAMOTO, 2004, BENEVIDES, 2012).

As transformações sociais associam novas formas e significados para o trabalho, provocando reflexos sobre as relações sociais. A temática do trabalho é atestada por diferentes ciências, disciplinas e autores, os quais atestam sua complexidade. Oliveira e Mendonza (2007) advertem que “os sentidos do trabalho em discussão” é um debate que se arrasta por três décadas, envolvendo o posicionamento de Gorz, Off, Habermas, Castel, Beynon, Oliveira e Antunes. Esse debate alimenta-se de novas evidências e de novas abordagens, mas continua em aberto. “[...] as abordagens sobre o futuro do trabalho [...] têm colocado em inquestionável evidência, no mundo inteiro, o tema do trabalho no debatesociológico, filosófico, econômico, entre outras disciplinas (OLIVEIRA; MENDONZA, 2007, p.8).”

No campo da psicologia, em trabalhos publicados no Brasil, a dimensão ‘sentidos do trabalho’ é pesquisada por autores diversos, tais como Morin (2001, 2002), Morin et al (2003), Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012), Coutinho (2009), Natividade e Coutinho (2012), Dal Magro e Coutinho (2008), Luchese et al (2010), Araújo e Sachuk (2007), entre outros. São trabalhos que derivam dos estudos do grupo Meaning of Work (MOW) e/ou que avaliam uma perspectiva do indivíduo, o que não interessa, enquanto

campo de pesquisa, aos autores desse trabalho, que buscam uma vertente sociológica (BENEVIDES, 2012).

No campo da sociologia nota-se o trabalho seminal do professor Ricardo Antunes denominado “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho”. Antunes (2007) reafirma a centralidade do trabalho, destacando a complexificação do mundo do trabalho e criticando a posição daqueles que a negam. O autor fala da autonomia, autodeterminação e liberdade como condições para dar sentido ao trabalho, certamente atribui-se a elementos que conferem sentidos positivos. Refere-se à possibilidade de execução de um trabalho concreto, evidenciando, portanto, a admissão de responsabilidades e a realização da função ou exercício que não seja somente remunerado. Busca-se neste artigo, além de entender as percepções sobre autonomia, autodeterminação e liberdade, identificar representações outras que estes trabalhadores atribuem ao seu trabalho de modo a estabelecer subcategorias para o trabalho de Antunes.

Com base nestas concepções, este estudo traz como questão de pesquisa: **Quais os significados do trabalho para os docentes vinculados às IES estudadas?** Seu objetivo geral pode ser sintetizado como um esforço em se delinear os significados do trabalho para os docentes vinculados as IES A e B, tendo para tanto como objetivos específicos: delinear o perfil dos docentes que trabalham nas IES estudadas; identificar a percepção dos respondentes em relação ao trabalho de modo geral; identificar as diferentes perspectivas atribuídas ao docente; e testar as categorias autonomia, autodeterminação e liberdade com essa categoria de trabalhadores.

Estruturalmente, além desta introdução, o texto apresenta sua base conceitual ancorada nos conceitos-chave de trabalho e seus significados; a seguir, apresentam-se o percurso metodológico e os resultados da pesquisa de campo, subdivididos na caracterização do segmento, no atual contexto, e na análise dos significados do trabalho para os docentes; finaliza-se o artigo com a síntese dos principais achados, limitações e possíveis linhas de continuidade ao artigo.

2 TRABALHO E SEUS SIGNIFICADOS

O trabalho é analisado de diferentes perspectivas conforme destaca Dias (2009): a divisão do trabalho de Durkheim; a ética do trabalho para Weber; a miséria do trabalho alienado e a utopia do trabalho humanizador de Marx; a escravidão que leva ao amor ao trabalho de Lafargue; a corrosão do caráter através do trabalho no novo capitalismo com Sennet; e a transformação do trabalho e do emprego na sociedade em rede de Castells (2002). “A alegria de trabalhar, o prazer, o sofrimento, a invenção do trabalho e a sua organização nos leva a refletir sobre diferentes contextos e chaves de compreensão dos sentidos que se entrelaçam subjetivamente” (DIAS, 2009, p. 33).

Entender o trabalho no passado e no presente depende da compreensão dos símbolos de culturas e dos espelhos de poder. O trabalho pode ser glorificado ou desprezado dependendo do poder social mais amplo (DIAS, 2009). Ou seja, do contexto econômico, político e social.

A forma como o indivíduo se relaciona com o seu trabalho faz com que este ganhe significados diferentes. Mesmo exercendo funções semelhantes nenhum homem trabalha da mesma forma. Apropriam-se do trabalho de maneira diferente e sustentam essa diferença pela for-

ma como convivem em seu meio social, com a sua cultura e época histórica (DIAS, 2009). Assim, o trabalho significa uma experiência humana complexa e não encerra um significado comum ou universal. É necessário aprofundar na análise do conceito a partir do grupo social, inserido no seu contexto - historicidade e experiências, que ao mesmo tempo se constituem em transformações de sentido.

Antunes (1995 e 1999 apud OLIVEIRA e MENDONZA, 2007) se opõe à tese do fim do trabalho na sociedade atual, para ele seria inadmissível supor-se a extinção do trabalho social. A sociedade atual, mais do que nunca, se afirma como produtora de mercadorias, as quais derivam da atividade manual e/ou intelectual que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. O equívoco dos que advogam aquela proposição estaria, segundo o autor, em não considerar a distinção feita por Marx entre trabalho abstrato (“dispêndio de força humana de trabalho”, que cria o valor de troca das mercadorias) e trabalho concreto (que na qualidade de trabalho útil, produz valor de uso).

O trabalho é a matriz fundante do ser social, uma vez que ele se constitui em mediação entre o ser natural e o ser social. Além disso, é através do trabalho que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana, sendo, portanto, a base a partir da qual se estrutura qualquer forma de sociabilidade. O trabalho concreto, produtor do valor de uso, foi, é, e sempre será uma necessidade humana e uma forma positiva de auto expressão do próprio homem (MARX, 1982; TONET; NASCIMENTO, 2009; ANTUNES, 2007; PADILHA; CARNEIRO, 2009). Para além da produção do valor de uso, segundo Sennett (2009a), a realização do trabalho [concreto] traz recompensas de natureza subjetiva. Para o referido autor, são duas as recompensas: a primeira, diz respeito à criação do vínculo com a realidade tangível e a segunda aponta para a possibilidade de gratificação, de orgulhar-se do seu trabalho. No processo de realização do trabalho, o indivíduo realiza-se e mostra-se engajado como ser humano. Sennett (2009, p. 30) fala-nos do sentido do trabalho resgatando a imagem do artífice, pois este “[...] representa uma condição humana especial: a do engajamento.” O trabalho assim posto, tem a potencialidade de permitir ao homem expressar as suas forças essenciais e construir-se como um ser autenticamente humano, afirmam Tonet e Nascimento (2009).

O entendimento da substituição do trabalho individual do artesão pelo trabalho abstrato, leva à compreensão do processo de alienação do trabalhador. A propriedade dos instrumentos e dos produtos finais do seu trabalho possibilitava ao artesão conservar uma identidade individual, pois este impunha à sua produção sua marca particular e vivia seu trabalho como exercício imediato da sua autonomia. À medida em que seus produtos passaram a ser fabricados com a finalidade única de serem vendidos no mercado – mercadorias – o artesão conheceu a experiência da alienação. Alienado como proprietário e comerciante de produtos, ainda permanecia soberano no interior do seu trabalho. “[...] como criador e produtor, transformando e dando forma à matéria segundo métodos e ritmos que, dentro de certos limites, lhe eram particulares.” (GORZ, 1980, p. 34). O seu ofício lhe conferia uma identidade e lugar próprio na sociedade. A intensificação da mercadorização levou a proletarização do indivíduo. Despossuídos de instrumentos e de ofícios, forçado a executar uma quantidade determinada de trabalho em troca do salário, o trabalhador conheceu então a noção de assalariamento.

Com efeito, no processo de desenvolvimento histórico, o trabalho concreto assumiu formas contraditórias, em função da opressão e exploração do trabalhador, o trabalho que cria riqueza, arte e beleza – manifestação da potência humana – metamorfoseou-se naquele que produz pobreza, miséria, degradação e desumanização. Desse modo, o significado do trabalho é historicamente determinado, e, portanto, não conatural. Surge e se constitui como resultado da divisão social do trabalho, que, nesse caso particular do modo de produção capitalista, opera a subordinação estrutural do trabalho ao capital (TONET; NASCIMENTO, 2009; ANTUNES, 2007).

Mészáros (2009a) afirma que, nesse processo, o homem é violentamente separado do poder de tomada de decisão, o que impede a participação significativa dos indivíduos sociais na constituição da totalidade, transformando o trabalho vivo em trabalho abstrato, excluindo o trabalho da propriedade e invertendo a lógica societal: “[...] o capital assume, em seu processo, uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca.” (ANTUNES, 2007, p. 17). Assim, “A divisão do trabalho privilegia as partes, e não os conjuntos” (SENNETT, 2009, p. 59). O capital encontra sua base de existência sobre a sujeição do trabalho, acumulando-o, objetivando-o e alienando-o.

Paniago (2007) adverte que o comando do capital sobre o trabalho opera uma subversão da relação sujeito-objeto, isto porque na relação de dominação que estabelece com o trabalho alienado, usurpa do trabalhador todo o poder de decisão e substitui as necessidades humanas conscientemente definidas, por seus ditames de autovalorização - compulsão de produzir o trabalho excedente, ou seja, trabalhar além das necessidades imediatas do indivíduo. Neste sentido, o trabalho aparece apenas como um meio para o processo de valorização, desaparecendo o poder de decisão do trabalhador sobre o conjunto de sua atividade sócio produtiva. O trabalhador torna-se assim um objeto manipulável pelo capital e uma parte subordinada, ou seja, um fator material de produção que exerce de modo empobrecido, alienado e desumanizado, as funções do trabalho vivo (MÉSZÁROS, 2009a). O trabalhador torna-se um “[...] mero dente da engrenagem da máquina produtiva do sistema do capital [...]” (PANIAGO, 2007, p. 30) e o trabalho um fim em si mesmo. Ou seja, transforma o sujeito real da produção em um objeto manipulável do capital, objetificando ou coisificando o trabalhador.

Sennett (2009) chama atenção para o fato de que no processo de desenvolvimento histórico, no ocidente, a atividade prática foi menosprezada e desvinculada das ocupações ditas como mais elevadas. A habilidade técnica foi separada da imaginação, colocando, a religião, a realidade tangível em dúvida e fazendo com que o orgulho pelo próprio trabalho fosse um luxo, pois poucos são os trabalhadores que no contexto atual podem escapar da perversa circularidade do sistema do capital.

Levando-se em consideração a perspectiva social e a fim de dar direcionamento à pesquisa de campo, esse trabalho partiu então da publicação “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho” de Antunes (2007), nesta obra o autor afirma que o trabalho para ser dotado de sentido deve ser autônomo, autodeterminado e livre. A fim de explicar seu posicionamento Antunes recorre a Lukács (1980 apud ANTUNES, 2007) explicando que Lukács entende que para produzir-se como gênero humano, o ser social elabora o seu trabalho pelo processo de autoatividade e autocontrole, isto porque a autoatividade e o autocontrole fazem com que o indivíduo salte da sua origem natural, baseada

em instintos, para uma produção e reprodução como gênero humano, o que lhe permite trilhar o caminho da liberdade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Metodologicamente optou-se pela intensificação da pesquisa bibliográfica sobre sentidos do trabalho no Brasil, para a partir de então iniciar a fase de pesquisa de campo com essa categoria de trabalhadores.

Faz-se necessário explicitar que os resultados apresentados são: limitados, parciais e fazem parte de uma etapa maior de pesquisa, sendo, portanto, útil apenas como estudo preliminar, ou seja, uma primeira análise.

Este artigo caracteriza-se por um estudo exploratório, tendo sido realizado com os docentes de dos dois maiores grupos privados de ensino superior no Brasil. Justifica-se esta opção pela importância de se estudar de forma mais detalhada os significados do trabalho para diferentes categorias profissionais.

O número de entrevistados foi definido utilizando o critério de acessibilidade: aqueles que aceitaram participar da pesquisa, após exposição dos objetivos da mesma. Esse número se justifica principalmente por se tratar de uma pesquisa, com objetivo de uma primeira análise.

Após consulta aos sujeitos de pesquisa, obteve-se consentimento de 47 respondentes. Os questionários foram aplicados entre os fevereiro e março de 2013. Os dados coletados foram tabulados no Sphinx Plus e seguem analisados.

4 OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA DOCENTE

Este capítulo busca apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada com os 47 docentes que aceitaram participar desta etapa da pesquisa. Antes, entretanto, cabe apresentar as instituições pesquisadas dado contexto econômico, político e social, que pode influenciar os resultados em função da especificidade de mudanças na atualidade. Essa seção está subdividida em duas subseções.

4.1 IES PRIVADAS NO CONTEXTO NACIONAL

A verticalização das estruturas capitalistas na última década, processo constituído através de fusões, aquisições e privatizações, tem se estabelecido como peça fundamental na concentração do capital no contexto atual do modo de produção capitalista, tornando-se uma importante estratégia de acumulação das empresas capitalistas. O setor de serviços passou a adotar a aquisição como forma de expansão, refletindo-se em importantes transações no setor de telefonia, bancos e mais recentemente educação superior (BENEVIDES, 2012).

A educação superior privada no Brasil vem passando intensamente pelo processo de fusões e aquisições nos últimos cinco anos. Trata-se de um setor no qual este fenômeno tem estado em grande evidência. Este setor chama a atenção não apenas pela frequência de transações, mas também pelo porte de algumas delas, fazendo com que a adoção da estratégia de crescimento aquisitivo elevasse empresas brasileiras ao conjunto das maiores instituições de educação superior do

mundo em número de alunos e mais recentemente em valor (SAFARTI, SHWARTZBAUM, 2013).

As fusões e aquisições ganham destaque como o principal instrumento de investimentos diretos no mercado educacional. Observa-se nos últimos anos negociações de Instituições de Ensino Superior (IES) lastreadas em capital estrangeiro e fundos de investimento que implicam em uma grande e inédita concentração e oligopolização de empresas educacionais. A principal característica de incorporações realizadas por fundos de investimentos é a capacidade que os mesmos possuem de injetar recursos financeiros em valores significativos, tendo-se como implicação a racionalização administrativa e a redução de custos como premissas da profissionalização da gestão (PARMEZANI, 2013).

Embora o UNCTAD (2010) afirme que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) tenha o potencial de gerar emprego, aumentar a produtividade, transferir conhecimentos especializados e tecnologia, aumentar as exportações e contribuir para o desenvolvimento econômico em longo prazo nos países em desenvolvimento, observa-se que as operações de IED representam estratégias para promover e permitir a conquista de novos mercados, fortalecendo a firma com ganhos de escala e “sinergia”, aumentando a centralização e concentração de capital em setores e países. Assim, o capital internacional tem direcionado recursos para o mercado emergente, o que inclui diversos países da América Latina, com destaque para o Brasil.

No Brasil, os grupos A e B, assim denominados nesta pesquisa, se constituem nos dois mais importantes grupos educacionais atuantes no país na contemporaneidade, sendo, portanto casos típicos de concentração de capital através de aquisição, via IED. O Grupo A é formado por mais de 65 instituições, que oferecem cursos presenciais e on-line. Com mais de 750 mil estudantes está presente em 29 países da América do Norte, América Latina, Europa, África do Norte, Ásia/Pacífico e Oriente Médio. As instituições do Grupo A oferecem centenas de programas de graduação, mestrado e doutorado. O Grupo B é o braço educacional da Adviser, um dos maiores fundos globais de investimento, que adquiriu ações de dois outros grupos nacionais. Ressalta-se aqui, que nenhum desses grupos tem capital exclusivamente brasileiro (OPERAMUNDI, 2013).

Safarti e Shwartzbaum (2013) afirmam que na educação privada a possibilidade de exploração da educação como um negócio é, por si só, um tema bastante polêmico no mundo acadêmico, pois a educação é tema de interesse que uma grande quantidade e diversidade de atores [alunos, a sociedade civil, o Estado, os professores, os gestores e os demais funcionários ou empregados das instituições de ensino e investidores privados]. A reestruturação do setor educacional privado, no atual cenário da globalização, afeta todos os trabalhadores vinculados ao segmento, destacando-se neste estudo os docentes.

Para Luchese (2010), as Instituições de Ensino Superior enfrentam a missão de formar, além de profissionais ao mercado de trabalho, cidadãos para a sociedade. Para isso acontecer, a autora defende que o professor deve estimular; sugerir; e construir debates motivadores, porque dessa forma, o papel docente tenha maior sentido.

É no contexto de profissionalização da gestão, que se intensifica a exploração do trabalho dos docentes desencadeando a insegurança quanto à manutenção dos seus postos de trabalho, o que potencializa a insegurança e instaura um clima de estresse emocional, expondo-os a desgastes, com reflexos orgânicos que repercutem na sua qualidade e produtividade.

4.2 PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO PARA DOCENTES

Após consulta aos sujeitos de pesquisa, obteve-se consentimento de 47 docentes, sendo 47% respondentes do Grupo A e 53% do Grupo B.

GRÁFICO 1 – Instituição de origem



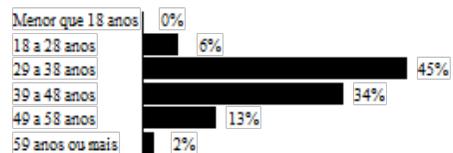
FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa de campo (2014).

A amostra pode ser caracterizada como: 47% do sexo masculino e 53% feminino; idade compreendida entre 29 e 48 anos [79%]; conforme gráficos 2 e 3 respectivamente.

GRÁFICO 2 – Sexo



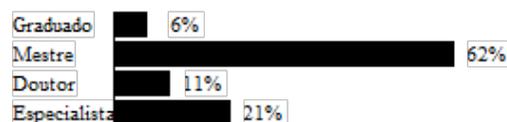
GRÁFICO 3 – Idade



FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa de campo (2014).

Os respondentes possuíam a seguinte titulação: 6% de graduados, 21% de especialistas, 62% de mestres e 11% de doutores, com formação em áreas distintas que incluem ciências sociais aplicadas, saúde e engenharias. Os docentes pesquisados possuem formação acadêmica básica em áreas distintas do conhecimento, havendo a concentração de 51% em Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

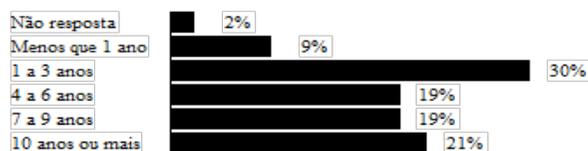
GRÁFICO 4 – Titulação



FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa de campo (2014).

De forma também diversificada apresentou-se o tempo de docência. Para as categorias definidas os percentuais encontrados não superaram 30% [1 a 3 anos], apresentando assim uma distribuição pulverizada, com destaque para apenas 9% com menos do que 1 ano, conforme gráfico 05.

GRÁFICO 5 – Tempo de docência



FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa de campo (2014).

Quanto ao período de vínculo à instituição, a maior frequência está na classe de 1 a 3 anos [40%], seguida de menos de 1 ano ou 10 anos ou mais com 17% cada, sendo as demais classes situadas em 13%. A maioria dos pesquisados possui vínculo empregatício [96%], sendo a amostra composta por 81% de professores e 19% de coordenadores, já que não se teve acesso aos diretores das IES [Gráficos 06, 07 e 08].

GRÁFICO 06 – Tempo de Vinculação a Instituição

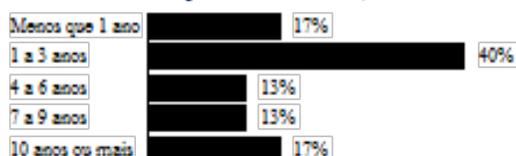


GRÁFICO 07 – Forma de Vinculação

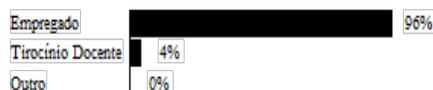
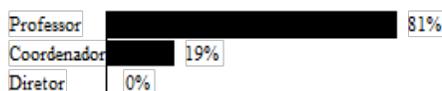


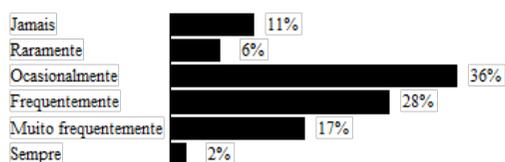
GRÁFICO 08 – Cargo Ocupado



FONTE: Elaboração própria, a partir de dados coletados em pesquisa de campo (2014).

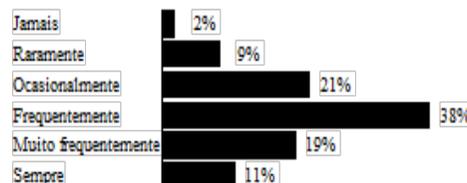
Ao serem questionados em relação aos sentidos do trabalho, utilizando-se as categorias de análise apontadas por Antunes (2007), verificou-se com relação a autodeterminação os respondentes apontam, com 11% das respostas, que jamais autodeterminam seu trabalho e 38% afirmam que frequentemente têm autonomia para realização das atividades. Os indicadores de muito frequentemente e sempre aparecem com baixo nível de indicação para as duas categorias.

GRÁFICO 9 - Autodeterminação



FONTE: Elaboração própria (2014).

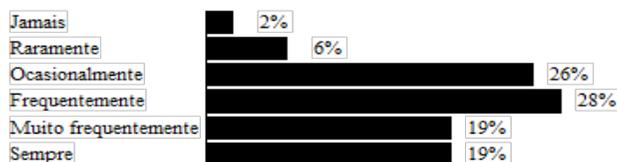
GRÁFICO 10 - Autonomia



FONTE: Elaboração própria (2014).

Quanto a categoria liberdade observa-se um reconhecimento maior dessa categoria de trabalhadores para o exercício do trabalho com liberdade, pois 28% afirmam que frequentemente exercem suas atividades com liberdade e 19% afirmam sempre possuir liberdade.

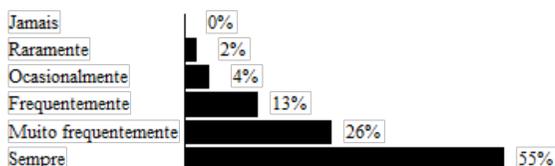
GRÁFICO 11 – Liberdade



FONTE: Elaboração própria (2014).

Ao serem questionados sobre a frequência que o trabalho docente faz sentido para o questionado, nota-se uma grande satisfação dos professores, onde 55% afirmam que ser professor faz sentido sempre. A falta de sentido do trabalho para os docentes é quase nula, pois apenas 2% destes apontam que raramente se questionam sobre esta questão.

GRÁFICO 12 – Sentido do Trabalho Docente



FONTE: Elaboração própria (2014).

Para melhor compreender quais significados essa categoria atribuiu ao trabalho foram realizados questionamentos sobre o trabalho, a saber: significado do trabalho, significado do trabalho docente, e ser professor. A partir das palavras apontadas, foram constituídos os quadros 1, 2, e 3, apresentados a seguir.

QUADRO 1 - Significados sobre : Trabalho, Trabalho Docente e Ser professor

TRABALHO			TRABALHO DOCENTE			SER PROFESSOR		
Palavra	Quant	%	Palavra	Quant	%	Palavra	Quant	%
Prazer	6	14%	Realização	6	13%	Realização	10	22%
Realização	6	14%	Prazer	5	7%	Dedicação	6	13%
Sobrevivência	5	11%	Aprendizado	2	4%	Prazer	5	11%
Sustento	4	9%	Construção	2	4%	Satisfação	2	4%
Vida	4	9%	Crescimento	2	4%	Vida	2	4%
Dignidade	2	5%	Dedicação	2	4%	Amor	1	2%
Necessidade	2	5%	Missão	2	4%	Aprendiz	1	2%
Satisfação	2	5%	Responsabilidade	2	4%	Aprendizado	1	2%
Amor	1	2%	Sacerdócio	2	4%	Cérebro	1	2%
Crescimento	1	2%	Vida	2	4%	Compartilhamento	1	2%
Dedicação	1	2%	Alergia	1	2%	Construção	1	2%
Emprego	1	2%	Amor	1	2%	Desrespeito	1	2%
Estrutura	1	2%	Angústia	1	2%	Educador	1	2%
Fragilidade	1	2%	Arte	1	2%	Enlouquecer	1	2%
Motivação	1	2%	Cobrança	1	2%	Formação	1	2%
Responsabilidade	1	2%	Compromisso	1	2%	Formador	1	2%
Sacerdócio	1	2%	Conhecimento	1	2%	Missão	1	2%
Sofrimento	1	2%	Dificuldade	1	2%	Orientação	1	2%
Sustentabilidade	1	2%	Dor	1	2%	Paixão	1	2%
Sustentação	1	2%	Entrega	1	2%	Pressão	1	2%
Trabalho	1	2%	Formação	1	2%	Referência	1	2%
			Investigação	1	2%	Responsabilidade	1	2%
			Legado	1	2%	Tudo	1	2%
			Paixão	1	2%	Útil	1	2%
			Reconhecimento	1	2%	Viabilizador	1	2%
			Satisfação	1	2%			
			Sobrevivência	1	2%			
			Sustento	1	2%			
			Trabalho	1	2%			
			Viver	1	2%			

Quantidade de valores diferentes: 21
Realização' é o mais citado: 6
observações.
Há 3 não-respostas.

Quantidade de valores diferentes: 30
Realização' é o mais citado: 6
observações
Há 2 não-respostas

Quantidade de valores diferentes: 25
Realização' é o mais citado: 10 observações
Há 2 não-respostas

FONTE: Elaboração própria (2014).

Para os docentes os sentidos apontados para o trabalho, desvinculado do exercício profissional, aparecem tal qual afirmam Tonet e Nascimento (2009) e Antunes (2007), ou seja, o significado do trabalho é historicamente determinado, e, não conatural. Resulta da divisão social do trabalho do modo de produção capitalista e opera a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Assim, são apontados sentidos de imposição do trabalho. O trabalho que garante a sobrevivência, o sustento, a independência e a estabilidade. Traduz-se ainda em uma responsabilidade cuja recompensa é uma necessidade. O trabalho é visto na perspectiva do assalariamento - trabalho abstrato, ou seja, o trabalho despido de suas especificidades e considerado como simples despesa de energias humanas, manifestando-se no valor de troca.

Ao buscar os significados do trabalho vinculados aos docentes das duas Instituições de Ensino Superior em Salvador observa-se que os diferentes sentidos apontados pelos respondentes são permeados pelos valores institucionais.

Ao avaliar o posicionamento quanto ao significado de ser um docente há posições contraditórias. Os significados positivos assemelham-se aos apontados anteriormente e são: prazer, realização, dedicação, prazer, legado, responsabilidade, aprendizado, construção, crescimento, missão, arte, amor e sacerdócio. São significados também vinculados aos valores institucionais. Entretanto, alguns apontam o trabalho como sustento, necessidade, fragilidade, sofrimento, angústia, dificuldade, dor, pressão, enlouquecer, desrespeito e cobrança. Aspectos que merecem atenção, principalmente porque é um exercício acompanhado de motivação. Como relata Luchese (2000), a motivação não é adquirida com treinamentos ou cursos, porém é intrínseca ao indivíduo. Além disso, o papel do docente é relacionado sempre a um formador, sendo indispensável a toda sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar identificar os sentidos do trabalho para docentes vinculados as duas IES de Salvador, verificou-se que a análise a partir das categorias estabelecidas por Antunes (2007) merece uma melhor investigação. Caberia aí um aprofundamento para avaliar, inclusive, a possibilidade de desdobramento das categorias, com adaptação das terminologias. Esse aspecto identificado no percurso não invalida o estudo, principalmente porque este é um estudo preliminar e de caráter exploratório. Sendo assim trata-se de uma importante constatação que deverá contribuir para os próximos levantamentos e análises.

Em relação ao perfil dos docentes, os resultados apontam para respondentes qualificados com experiência significativa em suas atividades, em função do tempo em que estão vinculados às instituições de ensino.

Quanto à percepção dos respondentes em relação ao trabalho de modo geral observa-se que os respondentes atribuem ao trabalho um significado que proporciona prazer, realização, sobrevivência, aprendizado, satisfação e sustento.

Ao identificar as diferentes perspectivas atribuídas ao trabalho docente observa-se uma influência significativa da satisfação com a natureza da atividade, sendo realização a palavra com maior incidência.

Ao testar as categorias autonomia, autodeterminação e liberdade verificou-se a necessidade de subdivi-

são em subcategorias, bem como a aplicação de uma pesquisa de campo com uma amostra significativa para o universo estudado, o que permitirá, na etapa futura realização de cruzamentos e análises estatísticas com rigor metodológico.

Assim, dados os resultados ora apresentados pode-se afirmar que os significados do trabalho para os docentes das instituições de ensino revertem-se de sentimentos contraditórios a depender do questionamento, corroborando com o posicionamento de Sennett (2009a) quando afirma que a realização do trabalho [concreto] traz recompensas de natureza subjetiva, pois são duas as recompensas: a criação do vínculo com a realidade tangível e a possibilidade de gratificação, do orgulho do indivíduo em relação ao seu trabalho. A segunda recompensa, dadas as condições históricas e materiais, fica comprometida em função da precarização do próprio trabalho e condições do trabalho do docente na atualidade.

Reconhecendo ser este um trabalho preliminar e de estudo multicaso, cabe destacar as suas limitações: Não cabem generalizações e requer a redefinição das categorias de análise para um estudo mais aprofundado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. P. C. De, Tolfo, S. Da R., & Dell agnelo, E. H. L. **Sentidos do Trabalho e Racionalidades Instrumental e Substantiva: In terfaces entre a Administração e a Psicologia.** Revista de Administração Contemporânea, v.16, n.02. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro.** In: ANTUNES, R. (Org.). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo, 2002a.

_____. **Trabalho e superfluidade.** In: LOMBARDI, J. C., SANFELICE, J. L., SAVIANI, D. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002b.

_____. **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências.** In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas.** In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005a.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005b.

_____. **A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais.** In: SILVA,

Maria Ozanira da Silva; IAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 2. ed. São , MA: FAPEMA, 2008.

____. **Século XXI: a nova era da precarização estrutural do trabalho?**. In: Antunes, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Orgs.) Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009a.

____. **A substância da crise**. In: MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009b.

____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

____. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

____. **O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros**. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Orgs.). István Mészáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011c.

ARAÚJO, R. R. D.; SACHUK, M. I. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. Revista de Gestão USP. v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

BENEVIDES, Tânia Moura. **Vendendo dinheiro e precarizando o trabalho: as transformações do trabalho bancário em Salvador**. 2012, 225 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, 2012.

BENEVIDES, Tânia Moura; RIBEIRO, Denise. **Os Significados do Trabalho para os Permissionários do Centro Comercial de Camaçari: Uma Primeira Análise**. ENEO, 2014.

BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **O mundo do trabalho**. In: ZANELLI, J.; BORGES-ANDRADE, J.; BASTOS, A.. (Org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

COUTINHO, Maria Chalfin. **Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009, vol. 12, n. 2. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25749/27482>. Acesso em: 10 abr. 2014.

DIAS, Maria Sara de Lima. **Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários**. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~ppgp/Maria%20Sara%20de%20Lima%20Dias.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit and COUTINHO, Maria Chalfin. **Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”**. *Psicol. estud.* [online]. 2008, vol.13, n.4, pp. 703-711. ISSN 1413-7372. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

pdf&pid=S1413-73722008000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 abr. 2014.

DOURADO, Débora Paschoal, et al. **Sobre o sentido do trabalho fora do enclave de mercado.** Cadernos EBAPE. BR, v. 7, n° 2, artigo 10, Rio de Janeiro, Jun. 2009.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo.** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1980.

____. **Crítica à divisão do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

____. **Misérias do presente, riqueza do possível.** São Paulo: Annablume, 2004.

____. **O imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

JOB, Fernando Pretel Pereira. **Os Sentidos do Trabalho e a Importância da Resiliência nas Organizações.** São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUCHESE, Gabriela Terezinha. **Os sentidos do trabalho: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior.** Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 1, n. 1, p. 79-88, jan./jun. 2010. Disponível em: editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/download/141/31 . Acesso em: 20 abr. 2014.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes; a economia vulgar.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?.** São Paulo: Boitempo, 2003.

____. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda.** In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Org: Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2006.

____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009a.

____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009b.

MORIN, Estelle M.; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira. **O Trabalho e Seus Sentidos.** In: Encontro nacional da associação dos programas de pós-graduação em administração, 27, 2003, Atibaia. Anais. Atibaia: Anpad, 2003.

MORIN, Estelle. **Os Sentidos do Trabalho.** RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo: v. 41, n. 3, p. 8-19, jul./set., 2001.

____. **Os sentidos do trabalho.** Revista de Administração (RAE Executivo), n. 1, p. 70-75, ago./set./out. 2002.

NATIVIDADE, Michelle Regina da; COUTINHO, Maria Chalfin. **O trabalho na sociedade con-**

temporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. Psicol. Soc. [online]. 2012, vol.24, n.2, pp. 430-439. ISSN 0102-7182. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-71822012000200021&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 08 abr. 2014.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista.** Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Roberto Veras de; MENDONZA, Roberto. **Introdução: os sentidos do trabalho em discussão.** Disponível em: http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v13n1/00_arius_13_1_introducao.pdf. Acesso em: 19 abr. 2014.

PADILHA, Valquíria; CARNEIRO, Lara. **Os trabalhadores pelas lentes dos discursos das cartei-ras de trabalho no Brasil.** In: NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria. Retratos do trabalho no Brasil. Uberlândia: EDUFU, 2009.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital.** Maceió: EDUFAL, 2007.

SENNETT, Richard. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual.** Rio de Janeiro: 2004.

____. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 13. ed. Rio de Janeiro: 2008a.

____. **O artífice.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 3. ed. São Paulo: Pólis, 1982.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **A Centralidade do trabalho.** In: TONET, Ivo; NASCI-MENTO, Adriano. (Org.). **Descaminho da esquerda.** São Paulo: ALFA-OMEGA, 2009.

AFINANDO O TOM: DIVERSIDADE MUSICAL NA BAHIA E O PAPEL DO ESTADO

CAROLINA MENEZES [carolrobr@gmail.com]

Recebido em 10/março/2014
Aprovado em 15/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2006 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO publicou um estudo sobre o panorama da diversidade musical no mundo. Sua principal motivação foi a preocupação com o avanço da globalização e a forma como ela incentiva a homogeneização cultural (UNESCO, 2006). De acordo com esse relatório, a UNESCO define que um ambiente é favorável a diversidade musical quando nele existem (UNESCO, 2006): liberdade de expressão musical; diferentes grupos de indivíduos produzindo música, juntos ou separadamente; e diversidade de estruturas ou gêneros musicais.

Apesar da importância dos dois primeiros elementos, considera-se que a diversidade de estruturas ou gêneros musicais seja o elemento mais importante para a determinação de um ambiente favorável. A existência de tradições, gêneros ou estilos musicais diferentes em uma determinada região é o ponto que determina a existência de diversidade musical. Mas é claro que, em ambientes onde existam diferentes gêneros musicais, a liberdade de expressão musical e a coexistência entre estilos musicais de diferentes culturas, provavelmente serão encontradas.

A partir de um pequeno resgate da história musical da Bahia, é possível se comprovar que o requisito mais importante para a determinação da existência de diversidade musical – a existência de diferentes gêneros ou estruturas musicais – foi brilhantemente satisfeito pela profusão de artistas baianos que ajudaram a popularizar diversos gêneros Brasil afora. Prova disso foi que aqui foram criados alguns dos estilos musicais mais genuinamente brasileiros, depois do samba: a bossa nova, o samba-reggae e a Axé Music.

O estrondoso sucesso da Axé Music teve grandes consequências sobre o mercado de música da Bahia. Ela também ajudou a redefinir o formato de uma das maiores festas populares desse estado, o carnaval, que passou de manifestação puramente popular para um lucrativo festival de música onde suas principais estrelas brilham sobre os holofotes da imprensa e dos turistas nacionais e internacionais. Tanto que este bem-sucedido estilo musical acabou por se tornar uma das maiores referências da cultura baiana.

2 AMEAÇAS A DIVERSIDADE MUSICAL NA BAHIA

Os lucros auferidos pelo carnaval baiano incentivaram os empresários do setor de entretenimento musical a manter uma oferta constante do principal produto consumido durante os festejos de Momo: a Axé Music. Daí veio a inspiração para a criação de carnavais fora de época – as populares micaretas - e de outros festivais de menor porte, como os shows que movimentam os apreciadores

desse estilo durante o resto do ano, em todo o país. Acorados na certeza da existência de um público consumidor desse gênero musical já comprovada pelo sucesso do carnaval, esse empresariado acaba por enxergar um grande risco na possibilidade de investir em outros estilos musicais². As expectativas de público e, conseqüentemente, de retorno financeiro para os outros gêneros na Bahia são baixas, principalmente quando não envolvem grandes nomes da música nacional, vindos de outros estados.

Se por um lado o sucesso da Axé Music foi responsável por estabelecer um nível de profissionalização sem precedentes no campo musical baiano, por outro quase todo o desenvolvimento alcançado acabou tendo o seu acesso restrito aos artistas deste estilo musical. Logo, as oportunidades de trabalho mais atrativas para os profissionais dessa área são oferecidas pelas bandas de Axé. Projetos direcionados a outros estilos musicais ficam normalmente em segundo lugar, quando não são completamente extinguidos.

Por tudo isso se considera que o sucesso da Axé Music acabou por se configurar numa ameaça a diversidade musical baiana. Não se pode ignorar o fato de que, após o seu surgimento no final da década de 80, o conjunto de artistas baianos – cantores, cantoras, bandas e /ou grupos - que conseguiram chegar a um patamar considerável de sucesso no estado e no país está praticamente restrito a esse gênero musical. Mesmo quando se consideram apenas os artistas de pequeno e médio porte, as chances de seguir carreira como um músico profissional na Bahia são maiores quando se toca Axé.

Na falta de interesse dos setores privados, é comum que segmentos da sociedade se voltem para os órgãos públicos. Nas últimas décadas houve um redirecionamento do papel do Estado, influenciado pela doutrina neoliberal. A sua capacidade de agir como um órgão de regulação tem sido cada vez mais enfatizada. Mesmo assim, ainda espera-se que o poder público aja naquelas questões que não foram bem resolvidas nem pela ação das empresas privadas e nem por manifestações espontâneas da sociedade.

3 DIVERSIDADE MUSICAL E O PAPEL DO ESTADO NA BAHIA

Diante da ameaça a diversidade musical representada pelo sucesso da Axé Music, surgiu o questionamento sobre qual tem sido o papel dos governos estaduais baianos neste contexto. Esta curiosidade foi motivada principalmente pela percepção de algumas deficiências apresentadas pelos programas e projetos dos órgãos estaduais responsáveis pela promoção e proteção da cultura no estado da Bahia e a falta de uma resposta adequada aos desafios impostos pelas peculiaridades do mercado baiano de música.

Por exemplo, percebeu-se que o investimento governamental estava concentrado em ações com reduzido efeito multiplicador. Por mais que o governo invista nos gêneros comumente chamados na Bahia de alternativos – MPB, rock, música erudita e outros - o setor privado ainda investe mais e melhor nos estilos populares que formam o mainstream da música baiana – Axé Music, pagode e o forró. Evidências dessa afirmativa podem ser encontradas quando se observa o número de grandes eventos envolvendo estes últimos que acontecem em todo o estado, promovidos por empresas e patrocinadores privados. Isso já serve como um bom indicador. Alguns deles reúnem 10 ou mais bandas de pequeno e médio porte, de um único estilo musical, numa única noite, em locais que comportam

²A cantora de rock Pitty é um dos raros exemplos de exceção a esta regra.

grandes multidões, como o Parque de Exposições e o Wet'n Wild, ambos localizados na Av. Paralela em Salvador. A título de esclarecimento, só o Wet'n Wild conta com uma área de shows com capacidade para 20.000 pessoas. A campanha de divulgação desses eventos envolve rádio, televisão, Internet e até outdoors espalhados em vários pontos da cidade e isso ajuda a promoção e divulgação desses artistas.

O marketing cultural, quando bem servido de recursos financeiros, geralmente ambiciona uma grande repercussão na mídia para a marca que patrocina um evento. Daí vem a origem da palavra “espetacularização”; a manifestação artística passa a ser apresentada revestida de uma grande carga de “efeitos especiais” com o objetivo de se tornar memorável. Não há nada de errado em utilizar os recursos que se tem à mão para tentar trazer cada vez mais e mais pessoas a esses eventos. O problema é que a maior parte desse público provavelmente só voltará a consumir outros eventos que tenham pelo menos a mesma parafernália promocional. Dessa maneira, estabelece-se um nível mínimo de gastos para que se consiga uma parcela máxima de público. É uma equação que quando recorrentemente aplicada, pode acabar “deseducando” os consumidores esporádicos. Transformar um consumidor eventual de cultura em um frequentador assíduo requer estratégias que foquem no longo prazo e que se preocupem com a educação artística do público.

Por outro lado, os eventos e ações envolvendo os outros estilos musicais geralmente ocorrem em espaços menores. Dessa maneira a promoção e o número de pessoas atingidas por ela é bem menor do que nos shows que envolvem os gêneros do mainstream, pois, supõe-se que o público para esses eventos seria menor. Seu acesso fica por vezes restrito a um pequeno grupo de potenciais fruidores daquele gênero musical. Fica, portanto, a dúvida sobre se as estimativas de público para os outros gêneros, utilizadas tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada realmente refletem a realidade sobre as verdadeiras preferências musicais dos baianos.

Da mesma forma, as estratégias de promoção, distribuição e comercialização são igualmente importantes para o escoamento da produção desses artistas. Apesar de existir a demanda de recursos públicos para a gravação e prensagem de CDs, percebeu-se que esses quesitos não recebiam a devida importância, relegando ao segundo plano algumas das mais importantes demandas para se elevar ao sucesso um artista de talento. Esses pontos são tão vitais que, hoje em dia, entre todas as atividades pertinentes à cadeia de produção dentro do mercado fonográfico, a promoção, a distribuição e a comercialização são os que as grandes gravadoras ainda fazem questão de manter total controle. As outras atividades são consideradas passíveis de terceirização. Logo, conclui-se que as iniciativas promovidas pelo Estado são desconectadas entre si, denunciando a ausência de uma visão sistêmica.

Os dispositivos de acompanhamento criados por algumas dessas políticas parecem se resumir a um mero controle contábil centrado na prestação de contas. Nos relatórios sobre as atividades governamentais na área de cultura é raro encontrar resultados e/ou menções a mecanismos de controle do impacto sociocultural das mesmas. Por vezes, são citados números relacionados ao público alcançado e a eventos promovidos. Notou-se que em alguns casos os objetivos eram citados, porém, desacompanhados de indicadores que certificassem o alcance dos mesmos. Principalmente naqueles programas que lidam com o financiamento a projetos propostos por membros da sociedade civil, como o Fazcultura.

Também foi observada a ausência de atividades direcionadas a formação de músicos. Segundo a UNESCO (2006), a educação tem papel fundamental na proteção e promoção das expressões culturais. Na falta dela, as referências musicais sofrem grande influência do que é imposto pela mídia e pelo mercado. Hoje já é possível dizer que existe na Bahia toda uma geração inspirada nas bandas de Axé Music e no pagode baiano. O resultado disso é uma legião de jovens que começam a se interessar pela música através desses gêneros. Uma consequência negativa desse fenômeno é que, de acordo com Nascimento (2004), a Axé Music e o pagode baiano são estilos de música que não exigem um grande número de habilidades nem um alto nível de criatividade quando comparadas a outros estilos, como o jazz por exemplo. Dessa maneira, eles se tornam fáceis de tocar. Junte-se a isso o fato de que as bandas de Axé e pagode conseguem oferecer uma remuneração consideravelmente atraente e tem-se a explicação para o grande número de bandas do mainstream no mercado atual. Cada nova banda a fazer sucesso tem o papel de retroalimentar esse sistema e manter o ciclo. Logo, o conhecimento e o interesse por outros estilos musicais não promovidos por esse sistema são prejudicados.

A riqueza e a diversidade de um ambiente cultural são consequências dos processos de aprendizagem e transmissão de conhecimento. Por sua vez, esses processos contribuem para a ampliação da diversidade de gostos, a sensibilidade artística e o aumento do conhecimento amador da maioria das pessoas que participam desse universo. É também a partir desses processos que as práticas amadoras se ampliam, oferecendo chances para que novas carreiras profissionais apareçam e se consolidem em diversas áreas culturais. Não se pode esquecer que o intercâmbio com outros gêneros é de uma importância primordial para a renovação e sobrevivência de um estilo musical.

Acredita-se também numa falta de informações generalizada na classe artística emergente sobre o funcionamento da política governamental para a área de cultura, o que pode apontar um problema na divulgação da existência desses programas. Uma das reclamações recorrentes no meio musical soteropolitano é o da falta de informações.

Junte-se a isso a ideia pré-estabelecida e amplamente difundida de que os vencedores dos editais públicos lançados já estão definidos antes da sua abertura e tem-se aí a explicação para o fato de que boa parte desses músicos nem sequer tenta participar desses programas. Os que já tentaram e os que inclusive conseguiram que seus projetos fossem aprovados nos editais públicos, geralmente reclamam do excesso de burocracia antes, durante e depois do processo e alguns são desmotivados a tentar de novo. A falta de conhecimento técnico para a elaboração dos projetos e o medo de que eles sejam plagiados por pessoas de dentro da máquina pública também são vistos como fatores desmotivadores.

A ideia de que os vencedores já são escolhidos no início do processo seletivo não é de todo absurda como possa parecer. É verdade que já existem profissionais especializados na elaboração de projetos culturais que requerem o patrocínio do governo. Estes conseguem uma frequência considerável de aprovações em diferentes editais por já conhecerem à fundo os critérios da seleção e por terem uma maior experiência de atuação na área. A contratação de um profissional como esse não é possível a muitos artistas, pois não possuem os recursos financeiros para tanto. Aqueles que os têm, geralmente, são os do mainstream. Também há a famosa “política de balcão”, ou seja,

alguns artistas se valem da sua rede de contatos para conseguirem ter suas demandas atendidas.

Em diversos editais públicos e relatórios sobre as atividades do Estado nessa área não há uma catalogação por gênero musical. A partir daí, pode-se concluir que a diversidade de estilos apoiados não parece ser uma questão que gere preocupação, pois nem sequer é devidamente registrada. Ou seja, os indicadores mais importantes para a variável diversidade – quantos e quais gêneros musicais foram apoiados – não são mensurados. Esse fato acaba por denunciar a falta de interesse dos responsáveis por essas políticas com a questão da diversidade musical. Na situação atual do mercado de música da Bahia, acredita-se que medidas como essa devam ter sua importância, pois auxiliariam na avaliação das políticas existentes e na elaboração de novas políticas mais sensíveis a questão da diversidade musical.

Por último, mas não menos importante, raros são os projetos e atividades do governo estadual que abordam a criação de cotas para os estilos musicais. A UNESCO (2006) considera esta uma das medidas mais comuns na defesa da diversidade. Existem ainda aqueles que acreditam que a situação na Bahia requer atitudes que ataquem o problema da proteção e promoção a diversidade musical de forma mais direta, instituindo-se cotas não somente nas rádios, mas também no tocante a todo tipo de auxílio governamental à música. Mais uma vez, a preocupação principal é impedir que as ações do governo se concentrem em grupos privilegiados. Porém, é preciso salientar os obstáculos para implantação de tais medidas diante da diversidade de estilos musicais existentes. A variedade de gêneros existentes no universo musical da diversidade cultural brasileira já dá a tônica das dificuldades a serem enfrentadas caso se adote este direcionamento. Talvez o caso da Bahia requeira ações no sentido de limitar o espaço do gênero musical dominante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As peculiaridades do caso baiano parecem não ter sido objeto de intenso debate quando da formulação dessas políticas. Na literatura consultada a respeito do tema diversidade musical, a maioria dos casos encontrados aborda a ameaça representada pelo avanço da indústria pop internacional e os perigos da homogeneização. Não é tarefa fácil encontrar relatos nos quais um gênero local assumisse o papel de algoz da diversidade dentro de uma determinada localidade. A partir de sua análise em âmbito mundial, a própria UNESCO (2006) admite não ter encontrado casos que pudessem ser caracterizados como monoculturas musicais. Porém, a mesma não descarta por completo a possibilidade desses fenômenos existirem, a partir do momento em que admite que sua análise se restringiu ao ambiente de concorrência dos gêneros musicais entre países.

O Brasil é signatário da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais. Espera-se, portanto, que as diretrizes relacionadas nesses dois importantes documentos sejam finalmente objeto de profundo debate público. E que este debate acabe por refletir em ações concretas que levem em consideração tanto as peculiaridades locais quanto a importância que a diversidade de práticas culturais tem para um povo.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Joatan. **A “axé music”, a música instrumental, e os músicos da Bahia.** Revista da Bahia, v. 32, 2004, n. 39, nov. 2004, p.122-128.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> . Acesso em 06 mai 2008.

_____. **The protection and promotion of musical diversity.** 2006. Disponível em: http://www.unesco.org/imc/programmes/imc_diversity_report.pdf . Acesso em 12 dez. 2007.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DA BAHIA

DENISE RIBEIRO DE ALMEIDA [deniserib@gmail.com]

Recebido em 10/janeiro/2014
Aprovado em 20/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o relato da experiência como uma das docentes responsáveis pelas disciplinas denominadas “Contextualização Social, Política e Econômica da Realidade Brasileira” e “Estratégias de Desenvolvimento Socioterritorial”, do curso de Gestão Pública e Gestão Social, da Universidade Federal da Bahia, no decorrer de 2013. A inserção dos discentes em campo ocorreu no distrito de Caboto, sendo operacionalizada como atividade avaliativa obrigatória de ambas as disciplinas. Partiu de reflexões teórico-práticas promovidas em sala de aula com o grupo de alunos regularmente matriculados sobre as diferentes dimensões do território no processo de desenvolvimento local, através das quais procurei demonstrar a relevância do trabalho de campo na construção do conhecimento aplicado às demandas de uma comunidade específica, assim como as dificuldades enfrentadas na apropriação desta complexa relação. Concluí que os discentes, de maneira geral, apropriaram-se mais facilmente dos conteúdos teóricos abstratos trabalhados a partir de sua vivência prática em campo, apropriação esta sistematizada em Relatório Técnico de produção coletiva docente e discente.

PALAVRAS-CHAVE: Relação teoria e prática. Prática de ensino. Território

1 INTRODUÇÃO

Considero que um dos mais indesejáveis frutos da ainda hegemônica presença do modelo positivista na condução das atividades de ensino-pesquisa-extensão nos cursos de graduação brasileiros, notadamente naqueles alocados na área das Ciências Sociais, seja o afastamento da teoria trabalhada em sala de aula, em relação à vivência prática fornecida pela realização de diferentes atividades de campo ofertadas ao longo da sua formação. Contudo, destaco que esta prática perversa tem de alguma forma se modificado a partir de experiências inovadoras de ensino empreendidas em diversas universidades brasileiras.

Assim, como afirma Minayo (1994), os docentes brasileiros assumem de forma cada vez mais consistente que há a necessidade de se utilizar a pesquisa como instrumento de estímulo à condução das atividades de ensino, tornando este um novo caminho a ser trilhado pela comunidade acadêmica.

Baseada nesta concepção, como uma das duas docentes responsáveis pela oferta das disciplinas denominadas “Contextualização Social, Política e Econômica da Realidade Brasileira” e “Estratégias de Desenvolvimento Socioterritorial”, do curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social (GPGS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em associação a projeto de pesquisa próprio, para o qual foram disponibilizados institucionalmente dois bolsistas financiados pelo Programa Permanecer, optei por fazer esta experiência prática com os alunos regularmente matriculados no primeiro e quarto semestres do curso. Esta iniciativa se deu no decorrer do ano de 2013, contando com a participação

de mais de 30 discentes e de outra professora que comigo dividiu as disciplinas e que atua junto comigo no Permanecer.

Considero ainda importante destacar, que para a realização da iniciativa relatada, em muito contribuiu o caráter inovador do GPGS enquanto curso experimental no âmbito da UFBA. Pois, além de ser este o primeiro curso tecnológico da instituição, nascido quando da sua adesão ao REUNI ainda em 2007, sua concepção foi ancorada em um modelo integrado de programa. Tal característica decorre do fato de que seu surgimento se dá a partir de experiências anteriores de especialização e mestrado profissional do Programa de Desenvolvimento em Gestão Social (PDGS), programa interinstitucional em cuja concepção esta universidade, através da sua Escola de Administração, e do grupo de pesquisa denominado CIAGS teve importante participação.

Este contexto favorece a aplicação, pelos docentes do curso, na condução de diferentes disciplinas de experiências que extrapolam os limites convencionais da visão mais academicista, exatamente por haver forte presença de um espírito acadêmico no qual prevalece a percepção de que a “[...] a pesquisa alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO, 1994, p.17). Em consonância com tal percepção, vivenciei, juntamente com meus alunos e colega, a experiência ora relatada.

Finalizo esta seção, pontuando que neste relato, é composto além desta breve introdução pelo quadro teórico utilizado na construção dos instrumentos de campo aplicados em dois momentos distintos com a população de Caboto; na sequência, em sua terceira sessão, apresento a forma como a experiência foi construída coletivamente; finalizo apresentando algumas considerações gerais trazidas a título de contribuições à continuidade deste trabalho, seja no âmbito do GPGS, seja em iniciativas similares de outros cursos da área das Ciências Sociais.

2 O TERRITÓRIO: DIMENSÕES E RELAÇÕES

Dou início a esta seção do trabalho apresentando alguns dos principais conceitos teóricos trabalhados como suporte para a construção do trabalho de pesquisa aqui relatado.

Creio ser importante apresentar a concepção de que o território deve ser entendido, com base em estudos de Haesbaert (2007 e 2005) e Almeida e Moura (2013), por distintas concepções complementares, trazidas pelas diferentes áreas de estudo que se dedicam à discussão desta relevante temática contemporânea. Como forma de se explicitar tais dimensões e seus respectivos focos analíticos, apresento a seguir um quadro síntese contemplando alguns dos principais campos de conhecimento que se debruçam sobre o estudo do território, assim como seus principais focos analíticos.

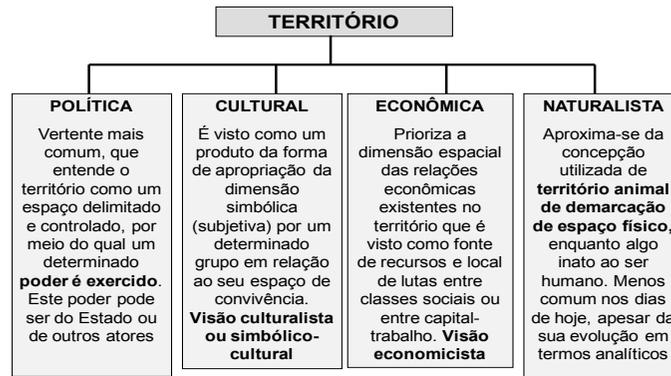
QUADRO 1 - Síntese das dimensões e focos sobre o conceito de territórios

Geografia: ênfase na materialidade em diferentes dimensões, incluindo a relação sociedade-natureza.
Ciência Política: foco nas diferentes relações de poder, priorizando, na maior parte das vezes, a perspectiva da atuação do Estado.
Economia: um dos fatores locacionais ou uma das possíveis bases da produção => força produtiva.
Antropologia: destaque para as variáveis que compõem a dimensão simbólica nas sociedades tradicionais e no neotribalismo contemporâneo.
Sociologia: foco na relação cruzada de influência entre território e diferentes relações sociais de uma dada sociedade em um sentido amplo.
Psicologia: local de construção da subjetividade ou da identidade, em diferentes escalas=> de grupos a indivíduos.

FONTE: Almeida, 2012, a partir de Haesbaert (2007).

Tomando-se por base esta perspectiva multidisciplinar da análise da dimensão territorial, considero importante explicitar suas distintas dimensões, as quais são combinadas de forma diversa segundo a área disciplinar em tela, formando um intrincado modelo com diferentes possibilidades de hibridização de acordo com o contexto estudado. Com o objetivo de favorecer à compreensão inicial em relação a tais dimensões, apresenta-se a figura a seguir.

FIGURA 1 - Dimensões conceituais do território.



FONTE: Almeida (2012), a partir de Haesbaert (2007, 2005).

Destaco que apesar da maior hibridização destas dimensões conceituais, nas análises territoriais contemporâneas ainda permanece hegemônica a visão trazida pela dimensão econômica, delimitada pela presença de autores conceitualmente ligados à corrente marxista. De toda forma, em consonância com Haesbaert (2007 e 2005) e Souza (2001), considero que o território deve ser visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual determinado grupo exerce poder em defesa dos seus próprios interesses em detrimento, muitas vezes de anseios mais amplos de outras camadas sociais, mais vulneráveis. Sinalizo ainda, que na construção do referencial teórico como os alunos, foi utilizado como conceito de território:

[...] dimensão simbólica/cultural através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar (e político-econômico): a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2011, p.94).

Esta concepção da presença da estreita relação território-poder também é explorada em Santos (2000), a partir da utilização da equiparação entre os conceitos de espaço e território usado, na qual o “uso”, notadamente aquele de natureza econômica, é o fator de definição das diferentes relações de poder em um dado território. A partir daí, surgem para este autor duas categorias de atores sociais que compartilham o território usado com estruturas de poder diversas e concorrentes: os hegemônicos, para quem o território usado é um recurso capaz de garantir a concretização e manutenção da concretização dos seus objetivos específicos; e os hegemonzados, para quem o território usado funciona apenas como abrigo, permitindo-lhes através da sua adaptação ao contexto dominante, sobreviver no lugar em que se encontram. Este autor também defende a presença da

hibridização dos territórios, os quais, além desta característica, passam por conta de sua historicidade, por constantes mutações que resultam do contexto vivenciado em momentos distintos da trajetória socialmente vivenciada. Destaco ainda a importância fundamental da qualidade e do nível de socialização da informação existente no processo de hibridização cada vez mais complexo e em constante mudança.

3 CABOTO: UMA VIVÊNCIA PRÁTICA

Antes de dar início ao relato da experiência aqui explorada, considero fundamental pontuar minha compreensão de que o papel de todo e qualquer docente, em concordância com Demo (2002), deve ultrapassar os estreitos limites impostos pela simples reprodução de conhecimentos tão comum nas atividades tradicionais de ensino, quando desvinculadas da pesquisa e da extensão. Considero que o papel de cada um de nós enquanto professor é de atuar de forma clara e direta como facilitadores do processo de descoberta de novos saberes por parte dos alunos com os quais temos a oportunidade de conviver a cada semestre, em nossas diferentes disciplinas. Visando ilustrar tal concepção, creio ser importante apresentar a citação a seguir para reflexão dos leitores deste trabalho.

Educar pela pesquisa tem como condição essencial primeira que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenha como atitude cotidiana. Tendo esta, como instrumento principal do processo educativo. (DEMO, 2002, p. 2).

Posto isso, inicio o relato da experiência aqui apresentado. O trabalho foi posto em curso com os 23 alunos matriculados nas disciplinas “Contextualização Social, Política e Econômica da Realidade Brasileira”, ofertada no segundo semestre da estrutura curricular do GPGS, e com os oito matriculados no componente curricular denominado “Estratégias de Desenvolvimento Socioterritorial”, do quarto semestre do curso. Objetivou-se assim, propiciar para muitos deles, pela primeira vez em sua trajetória de vida e acadêmica, condições concretas de realizarem uma pesquisa de campo. Além disso, também objetivei permitir que os alunos construíssem uma observação mais qualificada e prática sobre um território específico, tomando por base as múltiplas e complexas perspectivas analíticas envolvidas nesta análise, perspectivas estas expostas com mais detalhes na seção anterior.

A experiência viabilizou contatos formais da comunidade acadêmica do curso com, perspectivas teóricas e práticas diferentes daquelas desenvolvidas em sala de aula, garantindo maior aproximação do mundo acadêmico em relação às práticas de gestão pública e social exploradas teoricamente no espaço formal do curso.

Ponto que a escolha da localidade pesquisada foi acordada previamente pelas docentes envolvidas. Nesta opção, operacionalmente tomamos por base o fato de o distrito de Caboto localizar-se em Candeias, município pertencente à Região Metropolitana de Salvador (RMS), contexto este que permitiu o mais fácil acesso dos discentes sem que lhes fosse exigido qualquer tipo de desembolso para sua locomoção, já que a UFBA disponibilizou gratuitamente o ônibus para nosso deslocamento.

Em termos acadêmicos, consideramos que Caboto, por sua extensão e delimitação territorial, permitiria, concretamente, um olhar circunscrito que julgamos ser necessário e fundamental ao sucesso desta experiência inicial dos alunos envolvidos. Ademais, sua inegável relevância histórica e

arquitetônica para a Bahia desde os tempos do Brasil Colônia, associada ao estado de abandono em que atualmente se encontra toda esta região da RMS, motivou-nos a buscar de alguma forma estimular a produção de trabalhos que possam contribuir, ainda que de maneira preliminar, para o diagnóstico e proposta de melhorias deste cenário.

Levando-se em consideração que a análise circunscrita ao distrito estudado demandava uma série de ações para a compreensão do seu contexto histórico, a pesquisa desenvolvida, dividida em diferentes etapas, parte, teve como questões de investigação: **Como o território do Distrito de Caboto pode ser caracterizado? e Que contribuições podem ser apresentadas para o desenvolvimento socioterritorial do Distrito de Caboto?** Para responder tais questionamentos, traçou-se coletivamente como objetivo geral da pesquisa - caracterizar a apropriação e ordenação do espaço territorial – Distrito de Caboto – tendo-se ainda por objetivos específicos: a) levantar as dimensões geográficas do território estudado; b) caracterizar os indicadores econômicos e sociais que caracterizam o Distrito de Caboto; c) identificar o posicionamento do Estado, nas diferentes esferas, em relação à atuação no território; d) identificar a origem da população local, destacando os aspectos culturais e psicológicos; e) caracterizar o desenvolvimento econômico encontrado – Atividades Econômicas desenvolvidas na localidade; f) diagnosticar os principais problemas envolvidos no desenvolvimento socioterritorial local; e g) apresentar propostas de melhoria para o desenvolvimento socioterritorial local.

Aponto ainda que ao longo do trabalho desenvolvido com os alunos, enquanto docentes ressaltamos que no decorrer das diferentes etapas da pesquisa os produtos gerados deveriam ser instrumentos de socialização do conhecimento para a comunidade acadêmica, mas principalmente para a população de Caboto, perspectiva esta que infelizmente ainda acreditamos ser pouco utilizada pela comunidade científica brasileira, que tende a não dar os necessários retornos aos participantes de seus trabalhos.

A vivência ora relatada no que diz respeito aos seus aspectos metodológicos foi dividida em etapas a seguir explicitadas. O estudo partiu da pesquisa bibliográfica desenvolvida com base nos conteúdos das disciplinas “Contextualização Política, Social e Econômica do Brasil” e “Estratégias de Desenvolvimento Socioterritorial”, explorando a dimensão territorial.

Assim, considerando que o ato de realizar uma pesquisa social de qualidade deve se caracterizar por “procurar; buscar com cuidado; procurar por toda parte; informar-se; inquirir; perguntar; indagar bem, aprofundar na busca” (BAGNO, 2000, p.17), avançamos em nossos trabalhos com o grupo de alunos participantes das atividades de ensino e pesquisa propostas, ampliando o escopo teórico inicialmente explorado em termos de pesquisa bibliográfica com a consulta a publicações diversas que traziam estudos de diferentes naturezas sobre a Baía de Todos os Santos, região onde está localizada a Baía de Aratu, que abriga o Distrito de Caboto. Ainda para o levantamento de dados geográficos e econômicos, empreendeu-se uma pesquisa documental nos registros do IBGE, gentilmente cedidos pela Supervisão de Disseminação de Informações - Unidade Estadual do IBGE na Bahia, em março de 2013.

Esta fase da pesquisa justificou-se pela necessidade de dar ciência aos alunos das características do território estudado, de modo que nas etapas subsequentes, a partir da consolidação do conhecimento teórico adquirido em relação aos aspectos políticos, econômicos e psicossociais do território estudado, pudessem fazer uma aproximação prática de maior qualidade em relação a esta realidade.

Creio ser importante sinalizar, que ao longo de toda a experiência aqui relatada, tivemos a preocupação de envolver os alunos de forma integral. Ou seja, eles foram participantes ativos desde o momento da elaboração do projeto, passando pela formulação dos problemas e objetivos, assim como de outros aspectos delineadores do trabalho. Destaco que a construção dos instrumentos de coleta de dados foi pensada e executada em diferentes aulas destinadas a este propósito ao longo do período letivo, sempre contando com a participação de todos os alunos [discussão coletiva]. Cada uma das contribuições foi apresentada e avaliada conjuntamente, fazendo com que pouco a pouco a pesquisa se sedimentasse e tomasse forma. Ou seja, os alunos foram partícipes ativos de todo o processo de elaboração, fugindo-se assim do tradicional modelo de incorporá-los apenas quando da aplicação dos instrumentos de pesquisa de campo.

O processo de pesquisa de campo envolveu todos os alunos matriculados em ambas as disciplinas na aplicação dos questionários, bem como na execução das entrevistas junto à liderança e empresariado local, sendo este um momento vivencial muito rico para todos os envolvidos. A aplicação dos instrumentos se deu no dia 16 de março de 2013, nos períodos da manhã e tarde.

O número de respondentes dos questionários - 67 no total - foi definido com a utilização do critério de acessibilidade: aqueles que aceitaram participar livremente da pesquisa, após a exposição dos objetivos da mesma. Ressalto que Thiollent (1982, p.34), diferentemente do que os autores positivistas, afirma não haver impedimento quanto à seleção dos entrevistados por acessibilidade no caso da realização de pesquisas sociais, já que não há necessidade de submeter-se o pesquisador a obediência cega de regras mecânicas. “A seleção supõe a disponibilidade do entrevistado, a qual não é previsível antes de um primeiro contato. A seleção resulta de uma avaliação da relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas.” Ou seja, partícipes da comunidade. Os resultados de campo, obtidos através da aplicação do questionário, foram tabulados no software Sphinx Plus 2 e analisados pelas diferentes equipes, respeitando as dimensões definidas anteriormente.

A equipe realizou ainda entrevistas, na data anteriormente citada, tendo por respondentes, um comerciante local e uma ex-líder comunitária. Sinalizo que seguindo procedimentos metodológicos indicados por Vergara (2006) e Mattos (2005), as entrevistas, com o consentimento dos entrevistados, foram gravadas, transcritas a fim de garantir sua melhor análise através da análise de conteúdo categorial temática tomando por parâmetros as dimensões territoriais explicitadas na seção anterior deste trabalho.

Após a tabulação e disponibilização dos resultados de campo, os dados foram analisados pelas equipes, que coletivamente apropriaram as informações, frutos de suas análises, e produziram um relatório contemplando as diferentes dimensões territoriais exploradas, assim como o diagnóstico e proposta de melhorias.

Os principais achados - caracterização da população entrevistada em relação a aspectos demográficos, de residência e de atividade profissional; e do distrito de Caboto onde foram coletadas informações relativas à infraestrutura pública disponível em geral (educação, lazer, iluminação, calçamento, segurança, saúde etc) - foram sintetizados em um relatório técnico ilustrado com gráficos e tabelas que subsidiaram o processo analítico.

As entrevistas forneceram informações mais detalhadas que permitiram a complementação dos dados coletados por meio dos questionários. Sinalizo que uma informação nova que emergiu deste relatório, foi a forte demanda dos respondentes por maior nível de segurança pública em Caboto, o que fez a equipe envolvida na pesquisa a avaliar sua continuidade a partir de trabalho futuro que explore de forma mais consistente esta dimensão analítica.

Assim, considero ser esta uma experiência de ensino e aprendizagem que, a partir da minha experiência como docente, qualifico como de construção coletiva. Pontuo ainda que um aspecto que favoreceu a organização e riqueza do trabalho realizado foi a constituição multidisciplinar do grupo, que em função da oferta de vagas para outros cursos de graduação da UFBA, viabilizou a socialização do conhecimento e experiências além de entre alunos de semestres distintos do GPGS, com alunos oriundos dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma avaliação desta experiência que buscou relacionar de maneira mais consistente as atividades de ensino às de pesquisa, depreendi claramente que a execução da última atividade de certa maneira desperta inquietações naqueles indivíduos que não tiveram oportunidade de realizá-la de forma sistemática ao longo de sua trajetória acadêmica, como foi o caso da grande maioria dos discentes envolvidos.

Contudo, a forma escolhida pelos docentes responsáveis pela atividade facilitou o processo de aprendizagem empreendido pelos alunos que se sentiram seguros não somente em relação à aplicação dos instrumentos de coleta de dados, quanto principalmente no que se referiu à construção coletiva do trabalho como um todo. Tais características adéquam-se de forma satisfatória à proposta pedagógica inovadora do GPGS, a qual que se propõe a formar profissionais habilitados a não somente atuarem na gestão de instituições governamentais e sociais em nível local e regional, mas também como mediadores eticamente determinados e estrategicamente orientados à promoção do desenvolvimento de indivíduos, grupos e coletividades, bem como elaborando e empreendendo programas e projetos voltados ao desenvolvimento socioterritorial.

Reafirmo aqui minha crença de que iniciativas similares devem ser operacionalizadas em diferentes disciplinas de cursos que priorizem a intensificação da relação ensino-pesquisa como instrumento facilitador do processo de apreensão de novos conhecimentos por parte do aluno. Creio firmemente que esta prática salutar estimula o exercício do espírito crítico e capacidade analítica dos discentes, permitindo-lhes superar os limites do ensino tradicional centrado na simples transmissão de conhecimentos sob a forma de uma “rua de mão única”, onde sempre prevalece a visão e concepções do docente, inclusive por vezes vista como verdade absoluta e inquestionável.

Finalizo, apontando minha defesa pela utilização cada vez maior de iniciativas desta natureza no âmbito dos cursos da área das Ciências Sociais, como forma de se garantir a participação cada vez maior e comprometida de cada discente na sua própria formação acadêmica, profissional e pessoal, tornando-os atores responsáveis pela construção e compartilhamento do conhecimento que produzirem ao longo de sua trajetória de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Ribeiro. **Notas de aula da disciplina Estratégia de Desenvolvimento Socioterritorial**, ministrada no Mestrado Interdisciplinar do CIAGS. Salvador, setembro de 2012.

_____, Denise Ribeiro e MOURA, Tânia. Distrito de Caboto: um “lugar” na Bahia de Todos os Santos? Em avaliação. Novo Hamburgo: **Revista Gestão e Desenvolvimento**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. 2013.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

_____, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. São Paulo, 2005, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em 02 set 2012. p.6774-6792.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. A entrevista não estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **RAP**, Rio de Janeiro 39(4), p. 823-847, Jul./Ago. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO; Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n.9, pp. 103-109, jul./dez 2000. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf . Acesso em 02 set 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo César da C. CÔRREA, Roberto Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Pólis, 1982.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: DO FIM DOS TERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE

ROGÉRIO HAESBAERT. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 6 ED. 2011. 396 P. ISBN: 978-85-286-1061-1

DENISE RIBEIRO DE ALMEIDA [deniserib@gmail.com]

Recebido em 10/janeiro/2014
Aprovado em 20/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Este livro é um dos resultados do Pós-Doutoramento na Universidade de Londres, do professor Rogério Haesbaert, renomado geógrafo brasileiro da atualidade, visto como um importante pesquisador com vasta produção sobre território e suas diferentes dimensões. Considera-se ser a leitura desta obra fundamental tanto para estudantes de diferentes níveis do ensino superior, quanto para pesquisadores que tenham interesse em se aprofundar nas discussões contemporâneas acerca desta temática. Destaca-se ainda, que seu principal diferencial reside na apresentação de reflexões relativas à dimensão territorial sob uma perspectiva que supera o tradicional viés geográfico-espacial ainda hegemônico em grande número de trabalhos da área, sendo assim de grande utilidade como suporte teórico na elaboração de estudos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento.

O livro, subdividido em nove capítulos, é estruturalmente composto por três temáticas complementares e igualmente importantes à compreensão da dimensão territorial na contemporaneidade. Têm-se inicialmente discussões relativas aos principais construtos teóricos e diferentes formas de análise do território, como conteúdos explorados na Introdução e nos capítulos 1 e 2. Em seguida, no capítulo 3, o autor sistematiza reflexões inicialmente desenvolvidas por Deleuze e Guattari, em relação às questões relativas às modificações dos territórios e a alguns processos de desterritorialização estudados por estes últimos autores. Os capítulos subsequentes aprofundam de forma sistemática e consistente importantes discussões com impactos diretos nos estudos sobre o tema, recorrendo-se sobre diversas dimensões envolvidas na análise da compressão das relações espaço-tempo na Pós-Modernidade (capítulo 4); passando-se a análises sobre as tipologias da desterritorialização e suas respectivas relações com os processos de mobilidade e exclusão atuais (capítulos 5, 6 e 7); em sequência, no capítulo 8, Haesbaert explora os links existentes entre desterritorialização e multiterritorialidade. Finalmente, o capítulo 9 reforça junto ao leitor a conclusão da afirmação inicial do autor que inclusive intitula o livro, de que o fenômeno da desterritorialização, um dos mitos da Pós-Modernidade, não é novo, já que sempre esteve presente na história da humanidade.

Haesbaert, à semelhança do apresentado por Milton Santos em seu importante livro de 2006 - *A Natureza do Espaço* - destaca a importância de nunca se analisar o território como espaço neutro, mas sim enquanto lócus de constante disputa de poder seja sob uma perspectiva de TERRA (TERRITORIUM), onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso

do recurso “terra” para fins de reprodução econômica; seja sob uma concepção de TERROR/ ATERRORIZAR (TERREO/ TERRITOR), onde é visto como instrumento de imposição de terror/medo dos atores hegemônicos aos atores hegemonzados e, conseqüentemente, menos influentes.

Partindo de tais premissas, o autor considera que um dos grandes problemas do estudo do território reside na indefinição que perpassa o conceito, dotando-o de grande polissemia. Com isso, cada campo do conhecimento (Geografia, Economia, Sociologia, Psicologia etc) que utiliza a dimensão territorial em seus estudos, apropria-se daquelas dimensões analíticas que se coadunam mais consistentemente aos seus propósitos. Sob tal contexto, Haesbaert apresenta quatro macrodimensões territoriais: política (hegemônica e que o encara como espaço delimitado/controlado, por meio do qual se exerce determinado poder); cultural (como produto da apropriação da dimensão simbólica/ subjetiva por um determinado grupo em relação ao seu espaço de convivência); econômica (com a prioridade da dimensão espacial das relações econômicas, sendo visto como fonte de recursos e local de lutas entre classes sociais ou entre capital-trabalho) e a naturalista (concepção de território animal de demarcação de espaço físico, enquanto característica humana inata).

Buscando a superação desta indesejável fragmentação, e da ainda presente hegemonia do econômico sobre as demais dimensões, Haesbaert explora a perspectiva integradora, na qual os territórios se posicionam, segundo suas especificidades, em “algum lugar” de um continuum entre os ideais de funcionalidade e simbolismo, tendo por fios condutores do complexo processo de reordenamento territorial as questões ambientais e o novo papel do Estado enquanto gestor, controlador e mediador das demandas que emergem da Sociedade Civil.

Esta concepção mais abrangente de território faz com que se promovam, ao longo do tempo, diferentes possibilidades de territorialização, conceito trazido no texto como um componente de poder, por meio do qual indivíduo e sociedade experimentam e dotam de significado seu “espaço” físico ou virtual de convivência. Ressalta Haesbaert que a territorialização possui quatro objetivos básicos que se combinarão conforme o contexto em que se dá: abrigo físico (fonte de recursos materiais/ meio de produção); identificação de grupos de interesse através de dimensões espaciais (fronteiras geográficas); controle através do espaço, por meio dos espaços individualizados; e construção/controlado de conexões e redes. Ainda sobre os processos de territorialização, afirma que a Pós-Modernidade caracteriza-se pelo maior controle e mobilidade dos fluxos/redes, assim como por suas diversas conexões. Em outras palavras, o movimento torna-se elemento fundamental na (re)construção do território, fazendo com que surjam contrapontos entre os antigos territórios-zona - focados na lógica estatal de controle dos fluxos que definem mecanismos de domínio de áreas, normalmente limitadas por fronteiras delimitadas - e os chamados territórios-rede - baseados na lógica empresarial e também controlando fluxos canalizados prioritariamente através de nódulos de conexão que garantam maiores resultados econômico-financeiros.

Com isso, ao longo do tempo, parte-se de territorializações fechadas e quase “uniterritoriais”, para as múltiplas, passando-se neste percurso pelas político-funcionais e flexíveis. A territorialidade fechada/“uniterritorial” é condicionada pela relação direta entre poder político e identidade cultural; assim os territórios são defendidos por grupos culturalmente homogêneos que não

admitem pluralidade territorial de poderes e identidades (grupos étnicos, comunidades quilombolas etc). Por sua vez, a territorialização político-funcional centra-se na percepção do Estado-Nação respeitando relativa pluralidade cultural, rejeitando, contudo, a pluralidade de poderes para além dos públicos. Já a territorialização flexível considera a presença tanto da sobreposição territorial sucessiva (territórios periódicos ou espaços multifuncionais nas metrópoles), quanto a concomitante (sobreposição de territorialidades político-administrativas). Finalmente, na múltipla, há as “multiterritorialidades” advindas de diferentes grupos ou indivíduos que constroem territórios flexíveis, multifuncionais e multi-identitários. Pontua-se, mais uma vez, que a leitura de Haesbaert (2005) em muito contribui para aprofundar e complementar as reflexões até este momento apresentadas.

Por sua vez a multiterritorialidade é conceituada como a ação ou processo por meio do qual acessam-se ou conectam-se diferentes territórios individual e coletivamente, e de forma concreta promovida por deslocamentos físicos, ou virtual com a utilização das facilidades e relações do ciberespaço. Destaca-se, que apesar das discussões atuais sobre este conceito ele não pode ser considerado um fenômeno contemporâneo com base na percepção de que os processos de territorialização, presentes em toda a trajetória humana, têm como alicerces relações sociais diversas e complexas resultando em diferentes formas de interação territorial, em que sempre se entrecruzam diferentes territórios – ou seja, independentemente da época, sempre houve multiterritorialidade.

Haesbaert sinaliza ainda algumas importantes características distintas entre a multiterritorialidade moderna e a pós-moderna. A moderna é zonal e hierarquizada; organizando-se político-administrativamente pela lógica dos Estados modernos e dos blocos econômicos, permitindo a sobreposição/ligação em rede de territórios-zona com diferentes relações de interdependência. Já na pós-modernidade, a multiterritorialidade é promovida de forma reticular ou pelos territórios-rede, demarcando-se um contexto descontínuo, fragmentado e de simultaneidade entre territórios; tais aspectos associados ao maior uso das redes virtuais, faz com que haja mais dificuldade em se “isolar” territórios específicos, tendo-se como exemplo emblemático desta multiterritorialidade a lógica das redes terroristas.

Indiscutivelmente, como aponta o autor, esta “nova” multiterritorialidade com toda sua flexibilidade territorial não deve ser vista, por mais que algumas correntes conceituais insistam neste ponto, como algo homogeneamente difundido ao redor do mundo. Na prática, vê-se que indivíduos e grupos privilegiados (atores hegemônicos) têm acesso quase que ilimitado ao que Haesbaert conceitua como uma “multiplicidade inédita de territórios”, sejam eles sobrepostos no mesmo espaço, seja por meio de conexões em rede com diferentes realidades mundiais. Desta forma, a “nova” multiterritorialidade atua como fenômeno alavancador da exclusão, tendo em vista que as condições de acesso aos “diferentes mundos” concretos ou virtuais não são idênticas para diferentes indivíduos e sociedades, consolidando-se o pressuposto da importância do controle do território como instrumento de reprodução da estrutura de poder e do status quo.

Já as relações existentes entre reterritorialização e desterritorialização são vistas como os dois lados da “moeda” da territorialização, exatamente pelo seu encadeamento ao longo de um horizonte temporal mais amplo. Assim, na medida em que ocorrem movimentos individuais

e sociais de desterritorialização, a estes sucedem novos processos de reterritorialização. Com isso, o fenômeno vivido no mundo real é o da des-re-territorialização uma vez que não é possível, nem individual, nem socialmente ter-se a ausência de alguma forma de territorialidade.

Finaliza-se apontando a conclusão de Haesbaert de que estes conceitos, juntamente com o conceito de multiterritorialidade mais geral, presente na midiática concepção dos territórios-rede como lócus de rápida e integral conexão da humanidade, não passa de um mito, já que para cada indivíduo permanece como importante dimensão simbólica e física um mínimo de territorialidade que lhe assegure condições satisfatórias de abrigo e conforto em sua vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo, março de 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf . Acesso em 20 junho 2012. p. 6774-6792. 2005.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 260 p. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/16391201/Santos-Milton-a-Natureza-Do-Espaco>. Acesso em 11 jan 2012.